

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPEDES SOARES DA ROCHA”  
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA - UNIVEM  
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO COM LINHA DE FORMAÇÃO  
EM COMÉCIO EXTERIOR

**ALEXANDRA VACCARI DE SOUZA  
ALISON MACHADO DE MORAES  
DAVID FERNANDO MARCELINO**

**UMA ANÁLISE CONJUNTURAL DO COMÉRCIO EXTERIOR  
DE MARÍLIA E REGIÃO**

MARÍLIA  
2009

ALEXANDRA VACCARI DE SOUZA  
ALISON MACHADO DE MORAES  
DAVID FERNANDO MARCELINO

UMA ANÁLISE CONJUNTURAL DO COMÉRCIO EXTERIOR  
DE MARÍLIA E REGIÃO

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Administração com linha de formação em Comércio Exterior da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração com linha de formação em Comércio Exterior.

Orientadora:  
Prof. Dra. Marisa Rossinholi

Marília  
2009

SOUZA, Alexandra Vaccari; MORAES, Alison Machado; MARCELINO, David Fernando.

Uma Análise Conjuntural do Comércio Exterior de Marília e Região / Alexandra Vaccari de Souza, Alison Machado de Moraes, David Fernando Marcelino; orientadora: Marisa Rossinholi. Marília, SP: [s.n.], 2009.

**64 f.**

Trabalho de Curso (Bacharelado em Administração com linha de Formação em Comércio Exterior) - Fundação de Ensino "Eurípides Soares da Rocha", Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília.

1. Desenvolvimento Regional 2. Conjuntura 3. Comércio Exterior

CDD: 338.9



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"  
Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM  
Curso de Administração

Alexandra Vaccari de Souza - 36886-5

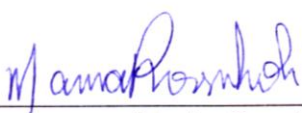
Alison Machado de Moraes - 37751-1

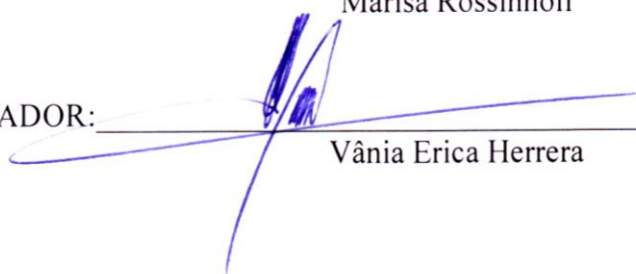
David Fernando Marcelino - 37806-2

TÍTULO "UMA ANÁLISE CONJUNTURAL DO COMÉRCIO EXTERIOR DE MARÍLIA E  
REGIÃO "

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em  
Administração de Empresas da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de  
Bacharel em Administração de Empresas.

Nota: 10,0

ORIENTADOR:   
Marisa Rossinholi

EXAMINADOR:   
Vânia Erica Herrera

Marília, 30 de novembro de 2009.

***Dedicamos este trabalho a todos os profissionais de  
Comércio Exterior, sobretudo, os que atuam na  
Região Administrativa de Marília.***

***A todos os agentes que promovem de alguma forma  
esta atividade.***

***Dedicamos principalmente a aqueles que nos  
auxiliaram de alguma forma na elaboração deste  
estudo:***

***Marisa Rossinholi; Vânia E. Herrera; Alcides M.  
Vinholo; Eduardo Machado da Silva; Paulo Boechat;  
Aline (Núcleo de Referência); Sergio Pereira; Milena  
A. Liberato; CIESP – Marília; Denio L. Costa; Banco do  
Brasil de Marília; Leandro T. C. Alves; Aldemiro  
Bignarde Junior; Derci Comandini; Fundação SEADE;  
Aqueles que por algum motivo não pudemos citar.***

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por tudo que temos e tudo que somos, por permitir que um dia nos encontrássemos e nos tornássemos amigos e trilhássemos juntos esta jornada de conhecimento.

A aqueles que nos apoiarão sempre: Leandro, Ângela e Adriana; Conceição, Adriana e Kananda.

Aos docentes que colaboraram para o nosso crescimento profissional durante todo período letivo. Com carinho aos professores da linha de formação em Comércio Exterior, especialmente ao Prof. Alcides M. Vinholo. E também a nossa Patronesse Prof. Vânia Erica Herrera e a colaboração do Prof. Eduardo Machado da Silva.

Principalmente a nossa Orientadora pela confiança depositada em nossa capacidade, e pelo direcionamento que nos fez chegar até aqui.

*“Para ter mais amanhã, você precisa ser mais do que é hoje”.*  
*(Jim Rohn)*

SOUZA, Alexandra Vaccari; MORAES, Alison Machado; MARCELINO, David Fernando. **Uma Análise Conjuntural do Comércio Exterior de Marília e Região**. 2009. 64 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Administração com Linha de Formação em Comércio Exterior) - Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”. Marília, 2009.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar uma análise conjuntural do comércio exterior da Região Administrativa de Marília. Levando em conta o crescimento e desenvolvimento do Brasil nos últimos anos. Buscou-se por meio de pesquisa bibliográfica, questionários e entrevistas a empresários e autoridade pública, entender o que tem impedido as empresas de exportar mais e ter uma melhor participação neste setor. As cidades escolhidas para o estudo são Marília, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Pompéia e Tarumã, a escolha desta região levou em conta seu pólo industrial e capacidade de crescimento nas exportações. O trabalho busca primeiro uma análise histórica, através da abertura comercial brasileira, onde é possível entender como estava o Mundo, o Brasil e a Região estudada durante este período. Analisou-se o perfil de cada uma destas cidades, começando por seu histórico e chegando a sua situação atual com análise de dados estatísticos. Após conhecer a região, buscou-se entender os entraves ao crescimento das exportações na região e também encontrar sugestões de como melhorar este cenário. É possível entender que os agentes do comércio exterior locais tem trabalho de forma fechada e independente da cadeia e para que haja desenvolvimento regional seria importante integrar as ações da Indústria com as Universidades e Governo.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Regional. Conjuntura. Comércio Exterior.



## LISTA DE SIGLAS

APEX: Agência Brasileira de Promoção das Exportações  
BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento  
CIF: Cost, Insurance and Freight  
CNI: Confederação Nacional da Indústria  
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito  
DDP: Delivered Duty Paid  
DDU: Delivered Duty Unpaid  
DEPEA: Departamento de Documentação, Pesquisa, Estudos e Avaliações  
FCA: Free Carrier  
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FIRJAN: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro  
FOB: Free on Board  
GATT: General Agreement on Tariffs and Trade  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano  
IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano do Município  
IFDM: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal  
INA: Indicador de Nível de Atividade  
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPMEF: Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira  
MDIC: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior  
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul  
OMC: Organização Mundial do Comércio  
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento  
PAI: Programa de Ação Imediata  
PBQP: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade  
PCI: Programa de Competitividade Industrial  
PIB: Produto Interno Bruto  
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
Pta.: Paulista  
R.A.: Região Administrativa  
SEADE: Sistema Estadual de Análise de Dados  
SECEX: Secretaria de Comércio Exterior

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento do PIB chinês – desenvolvimento sustentado .....	18
Gráfico 2: Alíquotas Nominais Médias de Importação .....	20
Gráfico 3: Crescimento Populacional - População 1989 – 1994.....	25
Gráfico 4: Total de vínculos empregatícios 1991 - 1994.....	26
Gráfico 5: Indústria - Número de Estabelecimentos da Indústria 1991 – 1994 .....	27
Gráfico 6: Evolução das Operações de Crédito (1988=100%) .....	29
Gráfico 7: Atividade das Empresas Exportadoras da Cidade de Marília em 1994 .....	29
Gráfico 8: Balança Comercial de Marília – 08/2008 à 08/2009.....	33
Gráfico 9: Balança Comercial de Ourinhos – 08/2008 à 08/2009.....	35
Gráfico 10: Balança Comercial de Paraguaçu Paulista. – 08/2008 à 08/2009.....	36
Gráfico 11: Balança Comercial de Pompéia – 08/ 2008 à 08/ 2009.....	37
Gráfico 12: Balança Comercial de Tarumã – 08/2008 à 08/2009 .....	39
Gráfico 13: Participação das R.As. nas exportações do estado de São Paulo - 2008.....	41
Gráfico 14: Densidade Demográfica das R.As. do Estado de São Paulo - 2008.....	42
Gráfico 15: Número de Indústrias das R.As. do Estado de São Paulo - 2008 .....	42

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Média de crescimento anual do PIB (em %)	17
Tabela 2: Balança Comercial - Exportações e Importações (US\$ Milhões)	21
Tabela 3: IDH-M 2000	48
Tabela 4: IFDM 2006	49

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TEMA .....	13
1.1. Objetivos.....	13
1.2. Justificativa .....	13
1.3. Metodologia .....	14
CAPÍTULO 2 - A ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA REGIÃO DE MARÍLIA .....	15
2.1. A Abertura Comercial no Ambiente Internacional .....	15
2.2. A Abertura Comercial no Brasil .....	19
2.3. Impactos para a Economia Regional .....	23
CAPÍTULO 3 - PERFIL DOS MUNICÍPIOS .....	31
3.1. Marília .....	31
3.2. Ourinhos .....	33
3.3. Paraguaçu Paulista .....	35
3.4. Pompéia .....	36
3.5. Tarumã.....	38
3.6. Análise do Perfil dos Municípios.....	40
CAPÍTULO 4 - PERSPECTIVAS DO COMÉRCIO EXTERIOR REGIONAL .....	41
4.1. Visão dos Industriais .....	44
4.2. Secretaria de Indústria e Comércio de Marília .....	47
4.3. Visão Macroeconômica Especializada .....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
REFERÊNCIAS .....	57
ANEXOS.....	60

## INTRODUÇÃO

O mundo está vivendo mais uma difícil transformação econômica. Os ambientes político e econômico internacional se apresentam instáveis e as relações comerciais se vêm num mar de incertezas, dificultando assim as decisões e aumentando a exigência sobre a eficiência dos fatores que compõem o comércio internacional mundial.

A posição de destaque no ambiente internacional, assumida definitivamente pelo Brasil desde os primeiros anos deste milênio, o apresenta como potência emergente tanto no mercado de capitais como no de bens e serviços.

Com uma economia recém aberta comercialmente, o Brasil conseguiu ano a ano reestruturar-se e desenvolver seu comércio exterior de maneira sólida e ascendente. Esta consistência e habilidade brasileira têm se mostrado competente ao ser posta a prova à nova crise mundial que estamos vivendo.

No entanto, o Brasil ainda é estruturalmente precário e ineficiente para a capacidade de seu comércio exterior, carecendo seriamente de investimentos para potencializar a magnitude de seu poder comercial.

O estado de São Paulo, enquadrado neste cenário brasileiro como motor produtivo da economia nacional, compreende a Região Administrativa de Marília, que mesmo inserida nesse ambiente altamente propício ao crescimento, apresenta números relativamente inexpressivos em comparação com as outras regiões administrativas paulistas.

Com o promissor parque industrial regional, é importante que sejam visualizadas as dificuldades que impedem ou atrapalham o comércio exterior de ser colocado como importante ferramenta do desenvolvimento industrial e social das cidades estudadas.

Este estudo é fundamental para a economia local, ao discutir soluções cabíveis já evidenciadas por estudos sobre o assunto, ou ainda, permitir que tais problemas encontrados sejam assim aprofundados e devidamente resolvidos, permitindo à Região Administrativa de Marília um desenvolvimento mais expressivo e um destaque maior dentro do estado, valorizando a indústria local como um todo.

Para tanto, este trabalho é estruturado em quatro capítulos que servirão de base para o estudo do tema e elaboração de nossas considerações finais.

Dedica-se o primeiro capítulo integralmente à apresentação do tema, bem como a sua justificativa de escolha, e também com a respectiva metodologia de trabalho escolhida para a elaboração deste estudo acadêmico.

O Segundo Capítulo será dedicado à análise de fatos importantes e informações que compreendem o período da abertura comercial brasileira, ocorrida a partir do final da década de 1980. Aborda-se tal tema Internacional, nacional e regionalmente. Serão apresentados indicadores econômicos e financeiros com o objetivo de embasar a problemática estudada neste trabalho.

Complementando as informações apresentadas no capítulo anterior a respeito das cidades estudadas na Região Administrativa, o terceiro capítulo será dedicado à exposição do perfil de algumas cidades que compõe nossa região administrativa. Devido ao grande espaço amostral de cidades, optou-se por realizar uma amostragem, desta forma, apenas cinco perfis são apresentados neste capítulo.

Já no quarto capítulo, objetiva-se coletar por meio de entrevistas e questionários aplicados junto à formadores de opinião, empresários e autoridade pública, opiniões, informações e perspectivas de futuro para o comércio exterior da região.

E por último, mas não menos importante, apresentam-se as considerações finais sobre o tema. Tais considerações serão elaboradas após a minuciosa análise das informações, dados e opiniões, colhidos durante todo o processo de pesquisa e investigação do tema apresentado. Será nesta parte do capítulo, que serão apresentadas idéias, sugestões e considerações sobre a problemática envolvida, bem como sinalizar possíveis ações que possam otimizar e maximizar o comércio exterior regional.

Portanto, o estudo objetiva contribuir da melhor forma acadêmica com o progresso regional, esperando que este trabalho sirva de base para muitos outros estudos similares, bem como o aprofundamento do tema aqui proposto.

## **CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TEMA**

### **1.1.Objetivos**

O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar quais são as maiores dificuldades encontradas no processo de exportação pelas principais empresas exportadoras de Marília e região.

Para atender este objetivo geral têm-se como objetivos específicos:

Identificar o campo de atuação do comércio exterior na região analisada;

Discutir os principais fatores de entrave das exportações com origem na região analisada;

Fazer um levantamento de informações teóricas e estatísticas sobre as cinco cidades analisadas;

Analisar os motivos que causam dificuldades no aumento das exportações na região;

Sugerir soluções e melhorias viáveis para incrementar as exportações da região estudada.

### **1.2.Justificativa**

Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE (2009), a região administrativa de Marília é composta por 54 municípios, porém cinco deles se destacam, sendo responsáveis por 70% das exportações de tal região. São eles: Marília, Pompéia, Garça, Tarumã, Paraguaçu Paulista e Ourinhos.

Com a crescente tendência de integração comercial dos mercados mundiais, e principalmente a posição que o Brasil tem galgado nos últimos anos no cenário econômico global, faz-se necessário um estudo de oportunidades, carências e necessidades no que diz respeito às operações comerciais que envolvem tal região, uma vez que, dessa forma será possível compreender com maior clareza os motivos que levam a região pesquisada a não obter um êxito maior em suas operações.

Justifica-se o estudo no sentido de as exportações serem responsáveis pela geração de emprego e renda na região, e também porque as empresas analisadas destinam grande parte de sua produção ao exterior, podendo dessa forma garantir seus mercados em períodos sazonais.

### 1.3. Metodologia

A pesquisa será exploratória quanto ao objetivo, terá como sujeito as principais empresas exportadoras da região administrativa de Marília e também órgãos governamentais. E o objeto a ser investigado será o conjunto das maiores dificuldades encontradas no processo de exportação das mesmas.

Para alcançar o objetivo proposto o método de abordagem utilizado será o qualitativo, no qual é possível analisar as variáveis do objeto em questão, se aprofundar na interpretação dos dados e sugerir soluções para as dificuldades encontradas.

A coleta de dados será feita com o uso de dois procedimentos técnicos: a pesquisa bibliográfica e entrevista estruturada. No primeiro momento da pesquisa o método utilizado será a pesquisa bibliográfica com a utilização de livros de autores nacionais e internacionais, artigos científicos, jornais, revistas e dados extraídos de órgãos governamentais. Em um segundo momento, será utilizada a observação direta através de questionário e entrevistas em algumas empresas exportadoras de Marília e Pompéia, apresentado no Anexo I. O questionário, Anexo A deste trabalho, a princípio seria enviado para empresas de cada cidade da região, mas muitas empresas se mostraram fechadas a pesquisa acadêmica.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 1996, p.45)

Com a finalidade de compreender a atual situação das empresas exportadoras da região estudada, a pesquisa inicial será no âmbito histórico, realizando uma análise da conjuntura internacional, nacional e regional e suas influências nestas empresas. Essa pesquisa visa identificar também possíveis fatores econômicos, políticos e sociais, que possam ter influenciado a atual capacidade da região em seus negócios internacionais. Serão levantados também dados estatísticos para melhor embasamento e entendimento do estudo em questão.



## **CAPÍTULO 2 - A ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA REGIÃO DE MARÍLIA**

### **2.1.A Abertura Comercial no Ambiente Internacional**

A década de 1970 foi marcada pela liberalização econômica generalizada dos países da América Latina, iniciando-se com o Chile em 1973, Argentina em 1976, México em 1977 e posteriormente a Venezuela em 1979 (REGO, 2005).

No entanto, a crise de dívida externa de 1982 causou certo atraso em tal liberalização, que somente foi tomar força novamente no final daquela década, quando houve uma abertura comercial dos países latino americanos em geral.

O Brasil inicia seu processo de abertura em meados do ano de 1988, quando o então presidente da República Fernando Collor de Mello, adotou uma política que enfatizava a concorrência e a competitividade.

No tópico 2.2 serão abordados os processos de abertura comercial no Brasil, durante os governos Sarney e Collor, e também durante o Plano Real, que foi implantado no ano de 1994, durante o governo do então presidente da República Itamar Franco, e conduzido pelo seu Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Entretanto, quando se fala em pioneirismo em abertura comercial dos países da América Latina, Kunzler (2002) destaca o Chile que foi o precursor na região desta tendência econômica, tentando realizá-la já no ano de 1956. Mas obteve insucesso, uma vez que tal ação teve de ser revertida em 1961 pelo infortúnio do descontrole econômico, provocado pela balança comercial. É certo que suas decisões serviram de marco norteador para as decisões de abertura comercial de países na última década. Kunzler (2002) cita como exemplo de influência das políticas de abertura comercial chilenas, a redução da inflação para um dígito, adotada por todos os países do território americano.

Outro exemplo do êxito da política econômica chilena que pode ser citado é que nos anos que compreendem o período de 1985 a 1994, a taxa média de inflação anual chilena foi de 18,5%, enquanto a brasileira foi de 900,3%.

Kunzler (2002) cita ainda, relacionado ao êxito chileno na época da abertura comercial brasileira, que o Produto Interno Bruto (PIB) do país teve um crescimento de 4,1% nos anos de 1980 a 1990, e de 7,5% nos anos de 1990 a 1994

No que tange as políticas tarifárias de importações, o Chile também seguia o modelo de substituição de importações, quando aplicava tarifas médias de 94% e máximas que giravam em torno de 750%.

Com a inevitabilidade da abertura comercial no início da década de 1980, surgem dúvidas sobre a correta sequência de abertura econômica. Rego et. al. (2005) salienta que a liberalização do mercado de bens deve ser feita antes do que a liberalização de capitais. Defende que no aspecto microeconômico, existe uma tendência de adaptação muito mais ágil por parte do mercado de capitais, enquanto no ambiente macroeconômico existe a necessidade de uma eventual desvalorização do câmbio e também da adoção de uma política de juros que possa incentivar o investimento externo.

A questão relativa à sequência de liberalização, envolvendo os mercados de bens e de capitais, é a que apresenta maior polêmica [...] pautando-se pelas experiências de Chile e Argentina na década de 1970, recomenda em primeiro lugar a liberalização do mercado de bens, para, apenas depois liberalizar o mercado de capitais. (REGO et al., 2005, p.200)

O ano de 1991 é marcado pela assinatura do Tratado de Assunção, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, caracterizando-se efetivamente o início do Mercado comum do Sul, o MERCOSUL. O tratado entrou em vigência a partir de 29 de novembro do mesmo ano, por meio de legislação própria e específica ratificada pelos países membros, sendo que o referido tratado estabeleceu uma série de objetivos e princípios para o êxito da integração desejada, sendo definida a data de 31 de dezembro de 1994 para a sua constituição, conforme definem Kunzler (2002) e Cervo (2008).

Ainda no ambiente econômico-comercial internacional no período da abertura comercial Brasileira, destacam-se as rodadas do GATT<sup>1</sup>, que culminaram com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), no ano de 1994 em uma reunião realizada em Marrakesh no Marrocos, através da Rodada do Uruguai. Tal organização foi criada com o intuito de suprir uma série de deficiências de seu antecessor, o GATT.

---

<sup>1</sup> “O GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), assinado em 1947 com o fim de regular o comércio internacional, era flexível e pouco ambicioso, visto que envolvia interesses vitais para as nações, os quais repercutiam sobre seu desenvolvimento e sua segurança” (CERVO, 2008, p. 4).

No âmbito político europeu, a reunificação alemã no ano de 1990, simbolizou o fracasso do comunismo europeu, propiciando uma abertura das fronteiras da então Alemanha Oriental. No ano seguinte, na Europa Oriental, os primeiros conflitos se rompem na região dos Balcãs, com enfrentamentos na Croácia e Bósnia-Herzegovina.

Na Europa, em termos econômicos, o ano de 1992 tem como marco a assinatura do tratado da União Européia, que aconteceu em 7 de fevereiro de 1992, e previa regras claras para uma constante integração européia, com a adoção de uma moeda única, e também uma política das 4 liberdades integradoras: Livre circulação de mercadorias; Livre circulação de serviços; Livre circulação de pessoas; e Livre circulação de capitais.

Tal tratado foi primordial para a constituição do Mercado Único Europeu, e desaparecimento das barreiras entre os países-membros.

Na Ásia, o início da década de 1990, representou um grande desafio ao crescimento da economia Japonesa.

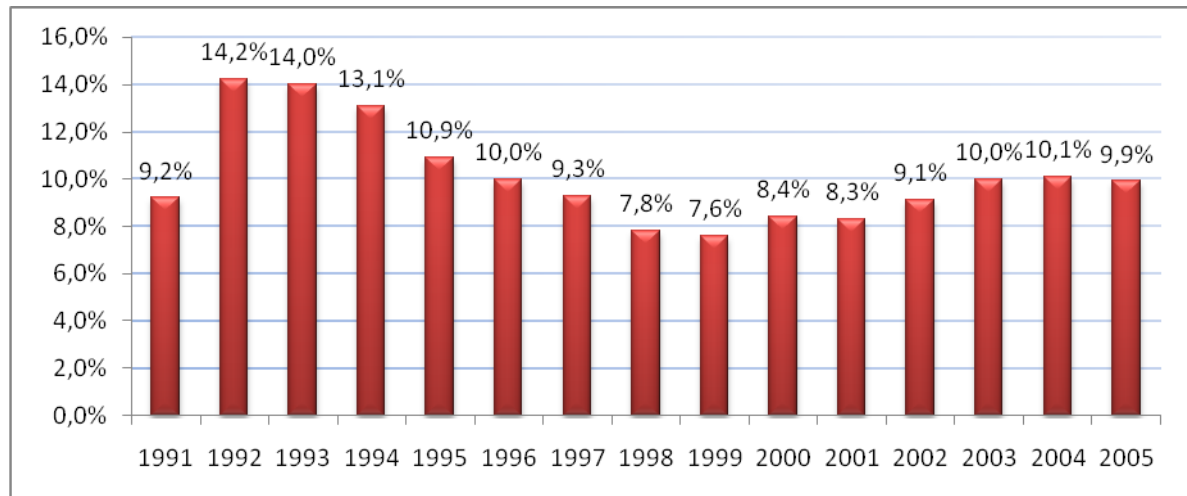
Tabela 1: Média de crescimento anual do PIB (em %)

País	1953-1973	1974-1982	1983-1991	1992-1995
Japão	9,4	4,0	4,4	0,7
EUA	3,6	1,5	3,0	3,2
Reino Unido	3,1	1,0	2,4	2,2
Alemanha Ocidental	5,8	1,6	3,1	1,1
França	5,3	2,4	1,9	1,4

Fonte: Torres Filho apud Scott, B. 1976; OECD, Economic Outlook, vários anos.

Como pode ser observado na Tabela 1, a partir do ano de 1992 a economia japonesa entrou em uma estagnação técnica, crescendo a meros 0,7%, ante os 4% verificados em média até o ano de 1991, num comparativo com o crescimento de outros países.

Gráfico 1: Crescimento do PIB chinês – desenvolvimento sustentado



Fonte: Câmara de Comércio e indústria Brasil-China, 2009  
Elaboração Própria

Ainda no ambiente asiático, a China teve um crescimento surpreendente pós 1988, com o aumento de suas exportações anuais de cerca de US\$ 10 bilhões em 1988, para cerca de US\$ 250 bilhões no ano de 1997, com crescimentos máximos do PIB de 14,2% no ano de 1992, como é possível observar no Gráfico 1.

Os Estados Unidos da América viviam na ocasião do início da década de 1990, um período de transição político-econômica, quando o final da Guerra Fria transformou os Estados Unidos na condição de então principal superpotência mundial, como evidencia Magnoli (1997).

O ano de 1992 foi marcado pela eleição do democrata Bill Clinton, que foi eleito para ocupar o cargo de Presidente dos Estados Unidos no lugar do então presidente George Bush. Foi o primeiro democrata eleito após 12 anos de republicanos no poder.

Houve, portanto, no início da década uma consolidação dos EUA no papel de líder econômico no cenário mundial, principalmente, segundo Malin (2002), quando se compara as taxas de crescimento anuais do PIB, porém, relação a seu concorrente direto, o Japão (que teve uma estagnação no PIB a partir do ano de 1992, como já visto acima), em relação ao Brasil. Comparativamente, o PIB dos EUA em relação ao do Japão cresceu em torno de 41% nos dez anos que compreendem a lacuna entre os anos de 1991 e 2001, indo de 1,7 vezes no primeiro ano do período e chegando à marca de 2,4 vezes no último ano do período citado.

O período que compreende a abertura comercial brasileira, no contexto internacional, é marcado, portanto, por significantes mudanças políticas e econômicas que de certa forma moldaram o ambiente internacional do presente. Muito embora o início do século XXI tenha

trazido sérias mudanças no contexto econômico como, por exemplo, a evidência comercial de China e Brasil no comércio internacional, ou a decadência da economia americana, sem dúvida os acontecimentos do final da década de 1980 e início da década de 1990, foram de suma importância para o crescimento da economia mundial, e definição do cenário econômico mundial atual.

## **2.2.A Abertura Comercial no Brasil**

A abertura comercial brasileira ocorreu entre os anos de 1988 a 1993 e trouxe grandes mudanças no desenvolvimento do comércio exterior brasileiro. Segundo Averbug (1999), antes do governo Collor o comércio exterior brasileiro era caracterizado pelo protecionismo ligado a substituição de importações<sup>2</sup> e o foco era conter as importações e incentivar as exportações para assim obter superávits comerciais.

De acordo com Rego et. al. (2005):

O principal instrumento ao controle das importações durante os anos 1980 foram medidas não tarifárias, dentre as quais se destacava a Lei do Similar Nacional, que listava alguns produtos cuja importação era proibida. Além disso, havia os Programas Especiais de Importação e licenças de importação.

Com essa política as exportações brasileiras cresceram no período de 1980 a 1990 em média 4% ao ano, segundo Rego et. al. (2005), havia no período uma instabilidade que levou ao sucateamento da indústria nacional e também a um grande atraso tecnológico tanto nos equipamentos quanto na gestão das empresas e mão-de-obra. A infraestrutura neste período era precária refletindo assim na qualidade da educação, que por sua vez dificultava a aplicação de novas tecnologias, pois a mão-de-obra não era capacitada, esse quadro levava a uma baixa produtividade.

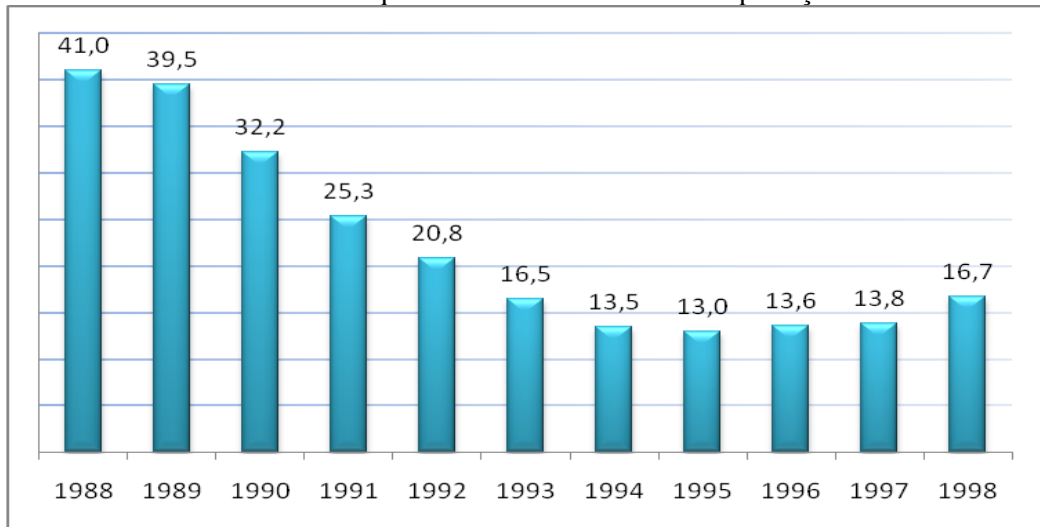
Em 1988 o Brasil iniciou uma reforma eliminando os controles sobre as importações e propondo uma redução tarifária. A lista de 3500 produtos que não podiam ser importados foi extinta no governo Collor e houve a introdução de uma nova tarifa chamada de Modal, com alíquota de 20% que era aplicada na importação da maior parte dos produtos

---

<sup>2</sup> “O conceito de substituição de importações, além de significar o início da produção interna de um bem antes importado, denota também uma mudança qualitativa na pauta de importações do país” (REGO et al., 2005, p.73)

manufaturados (SILVA, 2006, p. 25). Averbug (1999) diz em seu artigo que em 1990 foi lançada uma nova Política Industrial e de Comércio Exterior e esta nova proposta cuidou da redução das tarifas que se daria entre 1990 e 1994. Como efeito deste plano a alíquota média caiu pela metade entre 1990 e 1993.

Gráfico 2: Alíquotas Nominais Médias de Importação



Fonte: Rego, 2005  
Elaboração Própria

Houve um ajuste das tarifas de importação, que indiretamente era cobrado duas vezes com o uso de outras tarifas, e das de bens de capital intermediário também foi reduzido. É possível visualizar no Gráfico 2 que a partir de 1988 a tarifa nominal média de importação teve sua redução gradativa e atingiu o seu nível mais baixo em 1995 quando chegou a 13%. Esses ajustes foram necessários no processo de abertura comercial para ajudar as empresas a sobreviverem a nova concorrência que se instalou.

Averbug (1999) mostra que no período de 1988 a 1997 houve um aumento de 57% das exportações brasileiras com crescimento médio anual de 4,6%, e no mesmo período as importações quadruplicaram crescendo em média 15,4% ao ano, levando o *superavit* da balança comercial de 1988 se tornar déficit a partir de 1995. Esse déficit ocorre com o crescimento das importações que não teve como contrapartida o aumento das exportações de bens e serviços. Esse crescimento do comércio exterior brasileiro se deu por vários fatores, tanto internos quanto externos, mas o estudo foca neste tópico os fatores internos. É possível observar na Tabela 2 o comportamento da balança comercial no período.

Tabela 2: Balança Comercial - Exportações e Importações (US\$ Milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.597	25.480	13.117
1994	43.544	32.701	10.843
1995	46.506	49.859	-3.353
1996	47.747	53.303	-5.556
1997	52.987	61.351	-8.364
1998	51.120	57.550	-6.430

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009  
Elaboração Própria

Em 1990 é implementada uma nova política industrial que visava modernizar e reestruturar a indústria por meio de estratégias como: fortalecimento da infraestrutura, divulgação da indústria no mercado internacional, melhora de qualidade, preços, tecnologia, etc. Junto com essas estratégias lançaram-se programas para controle das mesmas.

Foram disponibilizadas novas linhas de financiamento que eram baseadas em resultados, como a Integração Competitiva.

O BNDES também teve papel fundamental nesse processo. No final dos anos 1980 e início dos 1990, definiu um modelo de desenvolvimento denominado integração competitiva, baseado nos conceitos de competitividade e produtividade, desvinculado de políticas setoriais. As novas linhas de financiamento eram direcionadas às indústrias que apresentassem resultados em termos de competitividade, como programas de qualidade total e aprimoramento de tecnologia e de mão-de-obra. (REGO et al., 2005, p.203)

A abertura também tinha como foco a reestruturação do parque industrial brasileiro, que estava em atraso comparado com a maioria dos países desenvolvidos, que começaram esse processo no final do século XVII. Para fomentar este crescimento o governo implantou programas de incentivo a qualidade e produtividade, os principais mecanismos foram o

Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) <sup>3</sup>.

Muitos setores não tiveram tempo de se adaptar a esta situação o que levou muitas empresas, devido ao menor consumo de seus produtos, a se endividarem e abrirem falência. Essas empresas sofreram com a concorrência dos produtos importados que entravam no mercado com melhor qualidade e preço. Pochmann (2001, p. 47) lembra que a falta de planejamento afetou algumas cadeias produtivas devido à substituição de produtos nacionais por importados, o que aumentou a dependência externa do país. Outra conseqüência foi a redução da oferta de empregos após as fusões e incorporações entre empresas, terceirização e automação que ocorreram no período.

O presidente Collor apostou na idéia de modernização e abertura comercial, pois ele tinha uma visão de que o problema na economia brasileira era o atraso e a falta de competitividade, mas seu governo enfrentou estagnação e altas taxas de inflação. Com uma crise econômica no país e ainda enfrentando uma crise política, Collor foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da qual resultou no seu *impeachment* em 29 de setembro de 1992. Quem assumiu a presidência foi seu vice Itamar Franco, em seu governo foi lançado o Plano Real que acabou com a crise hiperinflacionária.

Em 1993, foi lançado o Plano Real pelo ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso, que teve sua implantação dividida em três fases. Na primeira fase foi lançado o Programa de Ação Imediata (PAI) que segundo Rego et. al. (2005) visava: Reduzir os gastos da união e aumentar sua eficiência; Recuperar receita tributária; Equacionar as dívidas dos Estados e Municípios com a da União; e Sanear bancos federais;

Aperfeiçoar o programa de privatização, ou seja, reduzir a participação do governo na economia através da privatização das estatais.

O governo encontrou neste período como empecilho a falta de recursos que levou a aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMEF) <sup>4</sup>.

A segunda fase começou em 1994 com a implantação da Unidade Real de Valor (URV) com o objetivo de servir de transição para uma nova moeda. A URV servia para

---

<sup>3</sup> PCI e PBQP foram programas lançados em 1990 pelo governo federal com o objetivo de levar a indústria à alcançar competitividade através do aperfeiçoamento substancial da gestão da produção, através de esforço de melhoria da qualidade e produtividade. (FLEURY, 1993, p. 4).

<sup>4</sup> Imposto que depois se tornou a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)



determinar preços, salários e contratos, devido a isso se tornavam imunes as desvalorizações provocadas pela inflação. Rego et. al. (2005) diz sobre este período que “O objetivo principal deste trabalho foi preservar o equilíbrio econômico-financeiro das empresas públicas, na tentativa de não ferir o princípio da neutralidade da conversão do ponto de vista do usuário final”. Ele nos mostra que o governo adotou a URV de maneira gradual de modo a evitar distorções que ocorreram na implantação de políticas anteriores.

E objetivando o combate a inflação, se inicia a terceira fase com o lançamento da nova moeda, o Real, em 1º de julho de 1994. É importante destacar que foi colocado um teto máximo na taxa de câmbio, onde um real era equivalente a um dólar deixando desta forma o Real ligado ao Dólar.

Com o Plano Real houve um aumento da tarifa de importação de alguns produtos como automóveis, calçados, tecidos e brinquedos.

O Real também mostrou suas fragilidades, de 1995 a 1998 o saldo da Balança Comercial apresentou déficits, como foi apresentado na Tabela 2, que decorreram do crescimento da economia devido à redução das alíquotas tarifárias e paridade cambial que levou ao aumento das importações e em contrapartida a redução das exportações.

A restrição externa tornou-se o maior fator de limitação ao crescimento econômico, porque, sempre que a atividade econômica cresce, as importações aumentam. Adicionalmente, quando o mercado interno está aquecido, os produtores tendem a se voltar para o atendimento da demanda interna, geralmente em condições mais rentáveis devido à situação cambial. A combinação desses dois processos – aumento das importações e redução das exportações – provoca o desequilíbrio externo. (REGO et al., 2005, p.203).

O governo tomou medidas para conter o desequilíbrio externo, sendo uma delas a manutenção das taxas de juros para atrair a entrada de capitais e assim equilibrar a balança de pagamentos.

### **2.3. Impactos para a Economia Regional**

A abertura comercial no Brasil no final da década de 1980 e primeiros anos da década seguinte, também influenciou o desenvolvimento das cinco cidades da Região Administrativa de Marília estudadas neste trabalho.

Os números desta época mostravam que aquele momento era de industrialização do interior paulista. Vários industriais viram que o interior do estado apresentava um terreno propício ao desenvolvimento e certamente visando uma redução de custos, traçavam estratégias de buscar no interior de São Paulo conciliar a potencialização de seus fatores de produção com a qualidade de vida interiorana.

Segundo Nível... (1994), artigo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Universidade de Campinas (UNICAMP) tornava publico que 24% da produção nacional era oriunda do interior paulista, e segundo o Departamento de Documentação, Pesquisa, Estudos e Avaliações (DEPEA) 57% dos empresários da capital do estado de São Paulo manifestavam interesse em transferir suas operações para o interior do estado.

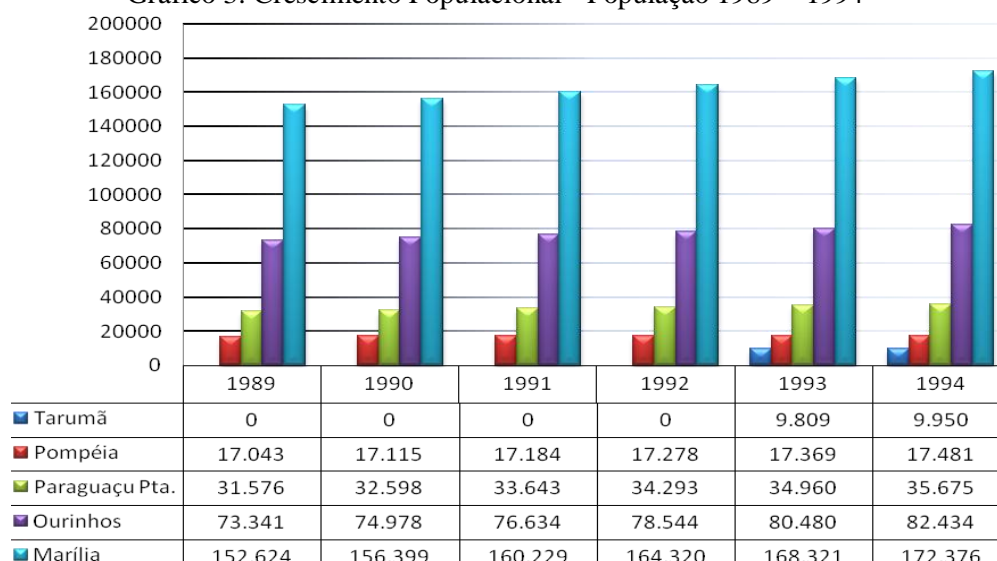
Estes números apresentados pela FIESP em Nível... (1994), mostravam naquele início dos anos 1990, que o parque industrial paulista estava crescendo na direção do interior. E entre as principais razões para este fenômeno a Entidade destacava o crescimento da agroindústria de exportação e a expansão da agroindústria canavieira. Em adição a isso pode-se destacar a agroindústria canavieira como principal alavanca para o crescimento, desenvolvimento e emancipação de Tarumã naquele período, e conferindo atualmente a esta cidade a vice-liderança no *ranking* de exportações em 2008, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Isso comprova as informações estatísticas apresentadas em Nível... (1994) pela FIESP.

Entre 1991 e 2000, de acordo com a Fundação SEADE (2009), a região de Marília manteve um ritmo de crescimento praticamente constante, exibiu taxa de 1,3% ao ano, abaixo da média estadual, 1,8% ao ano, e é caracterizada pelo baixo incremento populacional em varias décadas.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2009), em 1991, a região apresentava 30,7% da sua população nos grupos de menores de 15 anos, 18,8% dos indivíduos eram jovens (15 a 24 anos), 41% deles correspondiam à população entre 25 e 59 anos e 9,3% eram idosos (60 anos ou mais).

O Gráfico 3 apresenta o crescimento populacional das cidades analisadas.

Gráfico 3: Crescimento Populacional - População 1989 – 1994



Fonte: Fundação SEADE, 2009  
Elaboração Própria

Até 1992, as pesquisas não eram aplicáveis à cidade de Tarumã, que não detinha sua emancipação. No entanto, é possível visualizar que em todas as cidades analisadas o crescimento populacional foi contínuo naquele período.

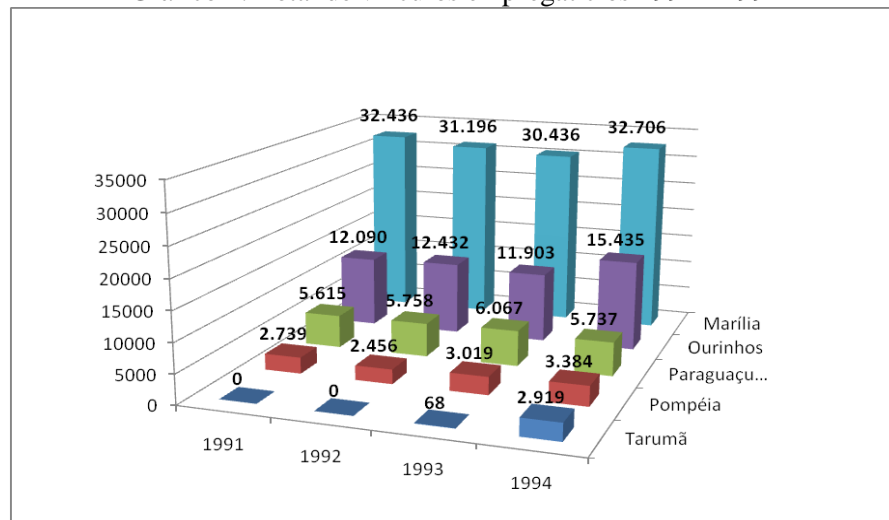
Com essa população crescente, a mão-de-obra local exigia maiores investimentos em qualificação. No que se refere a educação técnica e graduação tem-se, segundo a FIESP em Nível... (1994), que o interior paulista como um todo contava com mais de 47 mil metros quadrados de escolas, laboratórios e outras dependências didáticas profissionalizantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), nas principais regiões industrializadas do Estado, no final de 1994.

A partir de 1990, o número de empregados sem carteira e empregados por conta própria começou a aumentar mais rapidamente que o número de empregados com carteira no Brasil, conforme observaram Cardoso Jr. e Fernandes (2000), demonstrando que a tendência de lenta formalização do mercado de trabalho desde os anos 1970 sofreu uma inversão.

Segundo a Fundação SEADE (2009), a Região Administrativa analisada apresentava em 1992 uma queda no percentual de vínculos empregatícios de 0,96% em comparação a 1991. E em 1993 este dado apresentou uma reação tendo um pequeno crescimento de 0,55%, para em 1994 o número de vínculos empregatícios da R.A. eram 6,23% maior que em 1991. Mostrando que as observações de Cardoso Jr. e Fernandes (2000) destoavam do que se registrava na Região de Marília.

O Gráfico 4 apresenta os números de vínculos empregatícios em cada cidade analisada de 1991 a 1994.

Gráfico 4: Total de vínculos empregatícios 1991 - 1994



Fonte: Fundação SEADE, 2009  
Elaboração própria

Nota-se que, excluindo Paraguaçu Paulista, todas as cidades em 1994 registravam crescimento em seu número de vínculos empregatícios.

No entanto, para Soares, Servo e Arbache (2001), em países como o Brasil, as mudanças nas relações comerciais foram, em geral, muito rápidas e concomitantes com transformações no mercado de trabalho, uma vez que muitos países adotaram políticas de liberalização comercial repentinas e, por vezes, radicais, o que traz potenciais efeitos para os preços relativos e na alocação dos fatores, limitando assim uma conclusão a este respeito.

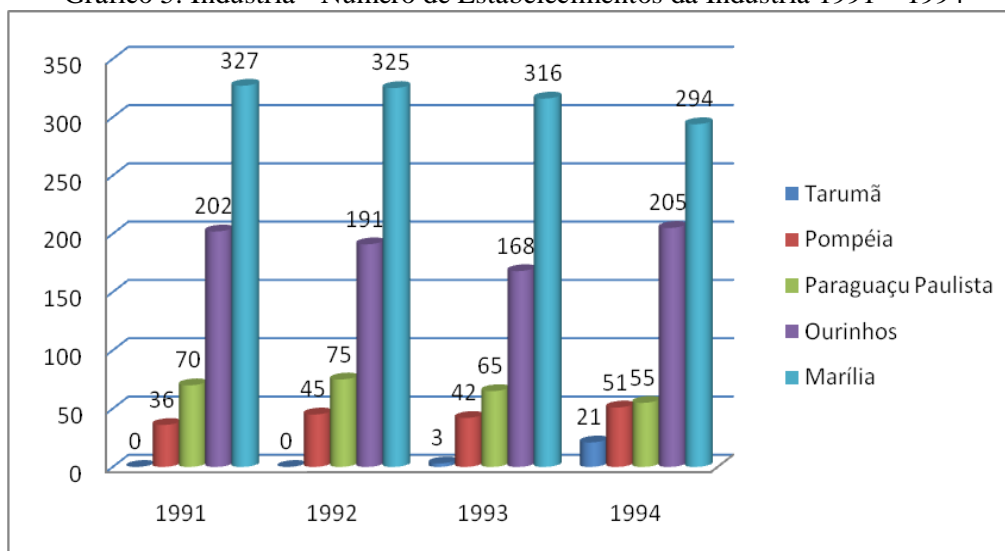
O fato é que o número de vínculos empregatícios teve crescimento, mostrando uma divergência com as observações de Cardoso Jr. e Fernandes (2000), porém, conforme destacaram Soares, Servo e Arbache (2001), outros fatores também podem ter influenciado este número. Como por exemplo, o crescimento de postos de trabalho através do desenvolvimento industrial da região.

Segundo dados da Fundação SEADE (2009), o número de estabelecimentos industriais neste período foi crescente. No agregado a região administrativa apresenta em 1992 um crescimento de 0,99%, em comparação ao ano anterior. Já em 1993, este índice apresentou uma queda 4,22%, mostrando que as indústrias da região tiveram seu momento de maior dificuldade neste período, onde aproximadamente 79 estabelecimentos industriais tiveram que encerrar suas operações. Indo de conformidade com os números de vínculos empregatícios, que se mostrou em seu nível mais baixo naquele período. Nos anos que se seguiram a região apresentou crescimento médio de 5,65% ao ano, assim como os vínculos empregatícios retomam seu crescimento em 1995.

De acordo com a FIESP em Nível... (1994), no ano de 1993 foi registrado um declínio acentuado nas vendas reais do período, que registraram uma retração de 12,4% em abril de 1994, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em termos dessazonalizados, a queda verificada foi de 13% em março do mesmo ano. Enquanto o Indicador de Nível de Atividade (INA) na indústria paulista registrava uma perda de 5,6% em comparação com 1980. Evidenciando assim, que a indústria local estava produzindo 5,6% menos em 1994 que em 1980.

Como as vendas reais do período tiveram queda tão acentuada nos índices de crescimento somada à instabilidade do período é evidente que alguns estabelecimentos industriais não iriam resistir às dificuldades. O Gráfico 5 apresenta o desempenho de cada uma das cidades em estudo no número de estabelecimentos industriais.

Gráfico 5: Indústria - Número de Estabelecimentos da Indústria 1991 – 1994



Fonte: Fundação SEADE, 2009  
Elaboração própria

O Gráfico 5 apresenta que as cidades de Tarumã, Pompéia e Ourinhos tiveram um aumento no número de estabelecimentos industriais, enquanto Marília e Paraguaçu Paulista tiveram decréscimos, porém, destaca-se o decréscimo na cidade de Marília, que já detinha o maior parque industrial da região, e estava registrando um crescimento negativo médio de 5% ao ano, encerrando o período em 1994 com 10% menos indústrias que em 1991.

Mesmo não sendo possível fazer conclusões com estas informações, é sugestivo que se faça um paralelo desta queda no número de estabelecimentos industriais na região com o momento de abertura comercial, pois segundo Silber (2009) neste período houve uma significativa reordenação da produção brasileira.

Esta abertura comercial possibilitou uma parcial desverticalização do processo produtivo doméstico, a descontinuidade de atividades produtivas incompatíveis com condições de custo de produção internacional, a modernização do parque produtivo doméstico e ganhos de escala importantes para a ampliação do comércio intraindústria e intrafirma, tão importantes no comércio mundial contemporâneo. [...] De uma maneira abrangente, para todos os setores industriais brasileiros, houve uma significativa reordenação da produção de um caso de quase autarquia para uma maior inserção no comércio internacional. (SILBER, 2009, p.07)

De acordo com Kupfer (2003), os impactos da valorização do câmbio e da redução tarifária após o Plano Real sobre os níveis de proteção real da indústria provocaram o acirramento da competição com produtos importados. Como resultado ocorreu rápida deterioração da balança comercial.

Esta pressão pela modernização do parque produtivo citada por Silber (2009) pode ter sido empregada de uma forma imperativa e sem programas de proteção industrial suficientes por parte do Governo Federal, que se encontrava neste período em um momento político delicado, portanto, não atendeu suficientemente as necessidades emergentes de defesa e apoio a indústria nacional, refletindo inclusive no desenvolvimento doméstico regional.

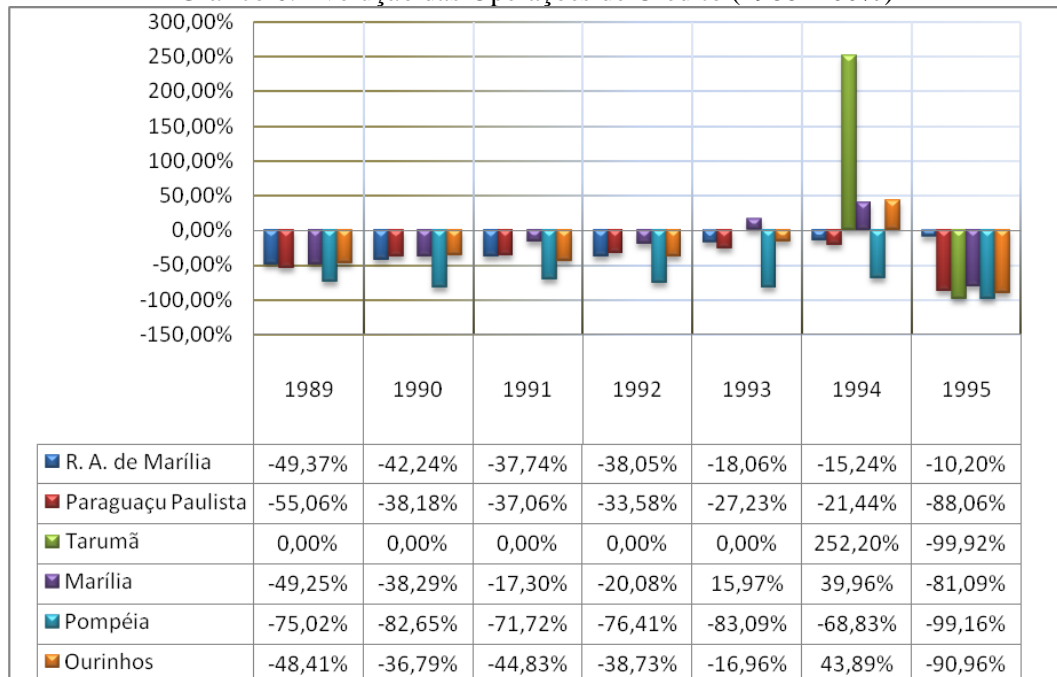
Silber (2009) destaca que neste novo ambiente, os ganhos de produtividade foram maiores e que essas modificações da estrutura industrial brasileira foram acompanhadas pela alteração da produtividade média da mão-de-obra. E que logo em seguida de uma década de isolamento do mercado mundial, inflação e estagnação, a abertura ao exterior, a estabilização e a perspectiva de um crescimento mais consistente da renda *percapita*, criaram condições favoráveis ao investimento direto.

No que diz respeito ao capital e sua disponibilidade durante a abertura comercial, segundo a Fundação SEADE (2009), o fluxo de depósitos totais em instituições financeiras da R.A. de Marília em comparação com o ano de 1988 oscilava anualmente entre altas e baixas, porém, nos sete anos analisados, os depósitos em instituições tiveram percentuais negativos.

Estes números indicam que a captação de recursos externos dos bancos seguia um ritmo instável. Quando a captação das instituições financeiras é alta, também maior é a disponibilidade e oferta de crédito no mercado. No caso da R.A. que apresenta os dados de fluxo de depósitos mencionados no parágrafo anterior, a instabilidade da captação indica uma forte possibilidade de que o capital tivesse uma oferta baixa naquele período, acarretando em juros mais altos e com isso baixos investimentos.

O Gráfico 6 apresenta as operações de crédito nas cidades analisadas.

Gráfico 6: Evolução das Operações de Crédito (1988=100%)



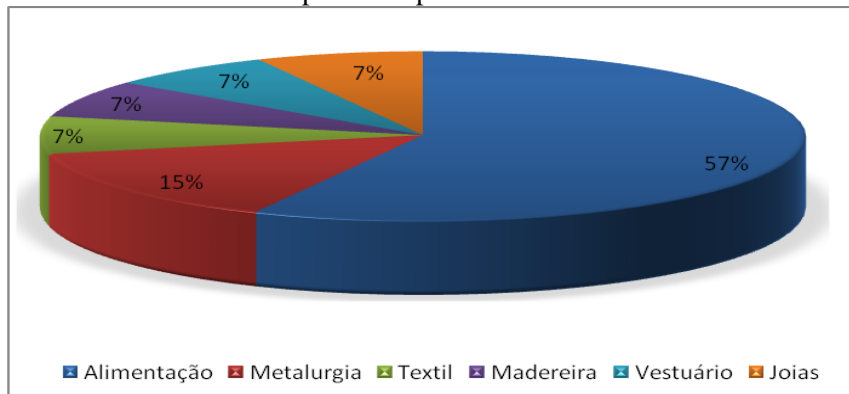
Fonte: Fundação SEADE, 2009

Elaboração própria

Com isso verifica-se no Gráfico 6 que as operações de crédito registraram na região durante o período de abertura comercial, queda de 30,13% no volume em comparação com 1988. Ano a ano este índice acompanhou a oscilação dos depósitos totais, registrando um crescimento médio de 11% ao ano.

De acordo com o Ramos Sobrinho (1994), em Marília, 3% das empresas eram exportadoras, e se dividiam nos segmentos industriais conforme apresenta o Gráfico 7.

Gráfico 7: Atividade das Empresas Exportadoras da Cidade de Marília em 1994



Fonte: Anuário da Cidade de Marília, 1994

Elaboração própria

Por ser a cidade com maior número de empresas exportadoras naquele ano, Marília já se destacava no comércio internacional de alimentos conforme evidencia o Gráfico 7. Os outros segmentos eram representados por uma ou duas empresas, como era o caso da Metalurgia.

A infraestrutura logística é outro tema também fundamental para o comércio internacional. Segundo a CNI - Confederação Nacional da Indústria (2005), a infraestrutura logística de transportes compreende rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e transporte aéreo, e segundo Mascarenhas (2009), vice-presidente da CNI, desde a constituição de 1988, o Brasil passou a investir menos em infraestrutura, sem avaliar as conseqüências futuras e hoje, está pagando um preço cuja maior parte sai do bolso dos empresários.

Segundo o Ramos Sobrinho (1994), o município contava na época em seu sistema de transportes com três principais rodovias modernas e em bom estado de conservação:

BR 153: Lins / Marília / Ourinhos

SP 294: Bauru / Marília / Tupã

SP 333: Assis / Marília / Ribeirão Preto

Naquele ano, 42 empresas operavam no transporte rodoviário de carga atendendo a indústria, comércio e agricultura da região.

O município era atendido pelo transporte ferroviário na linha que ligava São Paulo a Panorama, e registrava um transporte mensal de 2.100 toneladas de cargas, principalmente de pedras, cimento, adubos, tijolos e grãos.

Concluindo a rede de transporte de Marília da época, o transporte aeroviário era feito no aeroporto da cidade, Frank Miloye Milenkovich, onde eram transportadas mensalmente 1,5 toneladas de carga.

Era neste cenário que se localizava a Região Administrativa de Marília nos anos em que o Brasil realizava sua abertura comercial.

Um ponto é convergente para todas estas análises, a região estava em crescimento e a abertura comercial movimentou a economia local, ora positivamente, ora negativamente, mas impôs novos desafios aos empresários locais.

Com esta retrospectiva histórica, se faz necessária uma maior análise dos municípios envolvidos na pesquisa.



## **CAPÍTULO 3 - PERFIL DOS MUNICÍPIOS**

### **3.1.Marília**

De acordo com a Prefeitura Municipal de Marília (2009), a fertilidade do solo das glebas a oeste de Botucatu vendidas por José Teodoro de Souza em meados do século XIX, atraiu pioneiros de várias regiões, entre eles, Antonio Pereira da Silva e seu filho, José Pereira da Silva, que, em 1923, adquiriram 53 alqueires, formando um patrimônio chamado Alto Cafezal.

Ao lado deste, desenvolveu-se o da Vila Barbosa, aberto pelo Sr. Vasques Carrión. Um terceiro patrimônio, aberto em 1925 por Bento de Abreu Sampaio Vidal, cresceu rapidamente, em função da cultura cafeeira, e foi elevado a distrito de paz, do município de Cafelândia, em 22 de dezembro de 1926, com o nome de Lácio. Seu fundador ofereceu terras à Companhia Paulista para a construção de uma estação e sugeriu que lhe fosse dado o nome de Marília, inspirado no conhecido poema de Tomás Antônio Gonzaga.

O primeiro trem de passageiros chegou à nova estação em 1928, mesmo ano em que, no dia 24 de dezembro, foi criado o município de Marília, com território desmembrado de Cafelândia e Campos Novos Paulista. Sendo que sua instalação oficial deu-se á 4 de abril de 1929, data em que é comemorado seu aniversário.

Segundo a Fundação SEADE (2009), pode-se dizer, portanto, que Marília nasceu da incorporação de três povoados que se desenvolveram com o café. Posteriormente, o café foi substituído pelas culturas do algodão, arroz e amendoim. Em 1937, instalou-se na cidade, próximo à linha férrea, um complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, destinado ao beneficiamento do algodão e do arroz, dando novo impulso ao desenvolvimento da cidade. A partir de então, passou a atrair para a região diversas atividades agroindustriais, além da pecuária, consolidando-se como um pólo de desenvolvimento do oeste paulista.

No início a economia de Marília era baseada no cultivo de café que com o tempo foi sendo substituído pelo algodão. Graças ao algodão, em 1934 e 1935 foram instaladas as duas primeiras indústrias no município (duas fábricas de óleo). Com a expansão da industrialização ao interior paulista, houve um aumento da malha ferroviária e rodoviária, com isso Marília ligou-se a várias regiões do estado de São Paulo e ao norte do Paraná.

Na década de 1940 o município se firmou como pólo de desenvolvimento do Oeste Paulista, quando se verificou um grande crescimento urbano e populacional. Neste período,

foi berço de grandes empresas atuais como o Banco Bradesco fundado em 1943, e em 1961 nasce a empresa aérea Taxi Aéreo Marília, atualmente conhecida com a TAM.

Na década de 1970 houve um novo ciclo industrial no município com a instalação de novas indústrias principalmente na área alimentícia e metalúrgica. Com a posterior instalação de vários cursos universitários, Marília pôde atrair vários jovens à região o que ajudou no desenvolvimento do comércio do município.

Segundo o último dado divulgado da Fundação SEADE, hoje Marília conta com aproximadamente 490 estabelecimentos industriais destes, 50 são da área alimentícia sendo conhecida como "*Capital Nacional do Alimento*". Em 2000, o Município teve um grau avançado de urbanização de 96,14%, em sua área que registrou em 2009 a marca de 1170,05 Km<sup>2</sup>.

Com estes dados, o Município tem um Produto Interno Bruto – PIB – de 2,460 bilhões de reais correntes.

A população da cidade chegou em 2009 com 227.649 habitantes, com uma taxa geométrica de crescimento anual<sup>5</sup> de 1,62. Tendo uma taxa de natalidade de 12,01 nascimentos por mil habitantes, e mortalidade infantil de 14,79 mortes por mil nascidos vivos. Devido ao número populacional do Município, o PIB *percapita* de aproximadamente R\$ 10.900,00 é o segundo mais baixo das cidades estudadas.

No que tange a riqueza municipal, a Fundação SEADE apresenta os indicadores do IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social, que sintetizam a situação de cada município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo. Nos últimos dados divulgados em 2006, segundo a tabela da Fundação o Município teve uma classificação baixa no indicador da Dimensão da Riqueza, alta na Dimensão de Longevidade e alta na Dimensão de Escolaridade. Ainda sobre este último indicador, a Fundação revela que 49,48% dos jovens de 18 a 24 anos possuem o ensino médio completo.

Com estes dados é possível se enquadrar Marília no Grupo 3 da classificação estadual, Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais.

---

<sup>5</sup> Expressa em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado período de tempo. Geralmente, considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico. (IBGE, 2009)

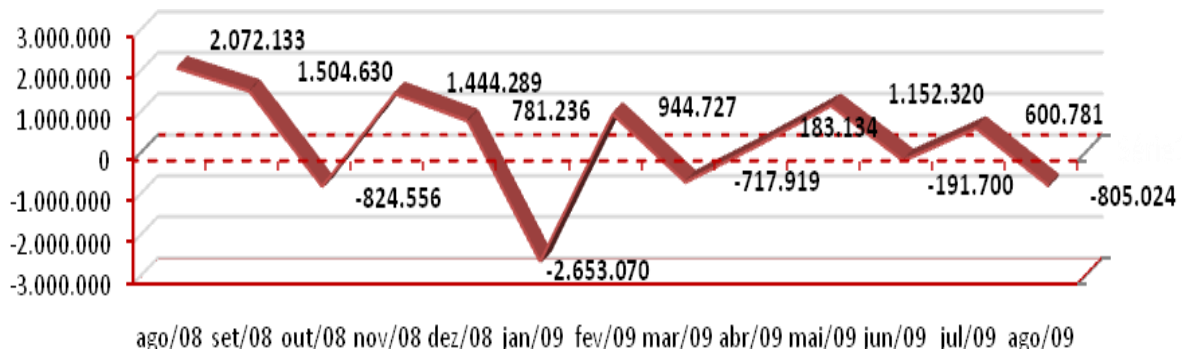
Confirmando essa maior atenção para a área social com Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M), que entre as cidades estudadas é o mais alto, sendo 0,821, e segundo a Organização do Índice, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – o Município que possui indicador acima de 0,800, possui um alto desenvolvimento humano.

Em meio a isto, chega-se ao item comércio exterior como ferramenta de desenvolvimento regional, e foco deste estudo, verificamos uma participação baixíssima do Município nas exportações do estado, de 0,059% em 2008.

Com este último dado, pode-se avaliar que Marília historicamente centro industrial e logístico da região poderia se utilizar mais ferramenta de desenvolvimento regional, potencializando todo o seu complexo industrial e suas reconhecidas ações sociais.

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX – Marília teve apenas 18 empresas, dos diversos setores, exportando seus produtos em 2008. Isso se agrava quando a SECEX nos apresenta os dados da Balança Comercial de agosto de 2009 em comparação com agosto de 2008, pois o saldo positivo de 2 milhões e 73 mil dólares FOB do ano passado foi convertido este ano 805 mil negativo. Este último ano a balança comercial do Município se apresentou instável oscilando entre altas e baixas, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 8: Balança Comercial de Marília – 08/2008 à 08/2009



Fonte: Fundação SEADE, 2009

Elaboração Própria

### 3.2. Ourinhos

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009), por volta da década de 1910, o Sr Jacinto Ferreira de Sá, vindo de Santa Cruz do Rio Pardo, adquiriu da Sra. Escolástica Milcert da Fonseca, um lote de terras no povoado de Salto Grande do Paranapanema.

Em 1908, cria-se o distrito de Paz de Ourinhos, o qual se desmembrou de Salto Grande na ocasião de sua elevação em 1918, à categoria de município. Elevado a município autônomo em 13 de dezembro de 1918 através da lei 1618 de 13 de dezembro do mesmo ano, a cidade conta hoje com cerca de 105.356 habitantes, de acordo com o dados disponibilizados pela Fundação SEADE (2009).

Conforme dados da Prefeitura Municipal de Ourinhos (2009), o município possui uma área de 296 km<sup>2</sup>, a cidade se destaca por ter um grau de urbanização de 95%, superior à média da região, e até mesmo do estado de São Paulo.

Com um Produto Interno Bruto – PIB – de 2,460 bilhões, é hoje a segunda colocada neste quesito entre as cidades pesquisadas, ficando atrás apenas de Marília.

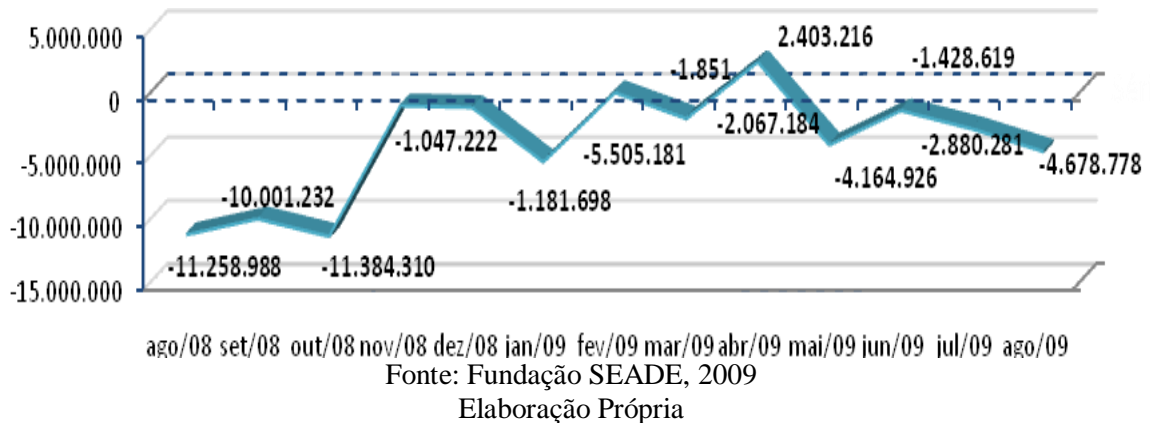
A renda per capita é de cerca de R\$ 11.705,99, um valor razoavelmente baixo, ocasionado pelo grande número populacional do município. Com a população de 105.356 habitantes e com taxa de crescimento anual próxima de 1,31, revela-se a segunda pior colocada, melhor apenas do que Pompéia, porém perdendo no quesito de PIB Per Capita para a mesma.

Em relação a indicadores estatísticos vitais e de saúde, a cidade conta com taxa de natalidade próxima dos 13,11% - superando cidades como Marília e Pompéia, - e com uma taxa de mortalidade Infantil de 7,24 por mil nascidos vivos – bem abaixo da média estadual que gira em torno de 12,56.

Analisando os dados estatísticos à cerca dos saldos comerciais da balança comercial do município, pode-se observar a predominância de valores deficitários. De acordo com dados disponibilizados pelo MDIC – Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio - a maior indústria importadora do município é a Fertilizantes Heringer S.A., e os produtos que lideram o ranking dos 5 produtos mais importados são exatamente componentes de fertilizantes.

Consequentemente, é possível concluir que o alto valor deficitário apurado na balança comercial, deve-se exclusivamente às altas importações provenientes desta empresa.

Gráfico 9: Balança Comercial de Ourinhos – 08/2008 à 08/2009



### 3.3. Paraguaçu Paulista

De acordo com o histórico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009), por volta do ano de 1871, o Sr Jose Teodoro de Souza vendeu para o Sr Antonio de Paiva e Manoel Pereira Alvim, as terras pertencentes ao atual distrito de Conceição de Monte Alegre. Foi iniciada então a plantação de café, na cabeceira do Ribeirão São Mateus, para que pudesse protegê-las dos índios, seguindo-se então a implementação da estrada de ferro Sorocaba, indo até o povoado de Moita Bonita, e que recebeu o nome de Paraguaçu, que deriva do Tupi-Guarani, e quer dizer Rio Grande.

A partir de então, houve um grande e rápido desenvolvimento ao redor da estação, sendo Paraguaçu elevada a Município em 30 de dezembro de 1924.

No ano de 1944, o nome da cidade foi alterado para Araguaçu, e posteriormente, em 24 de Dezembro de 1948, finalmente, teve seu nome alterado para Paraguaçu Paulista.

Posteriormente, em 5 de março de 1997, Paraguaçu Paulista é transformada em estância turística.

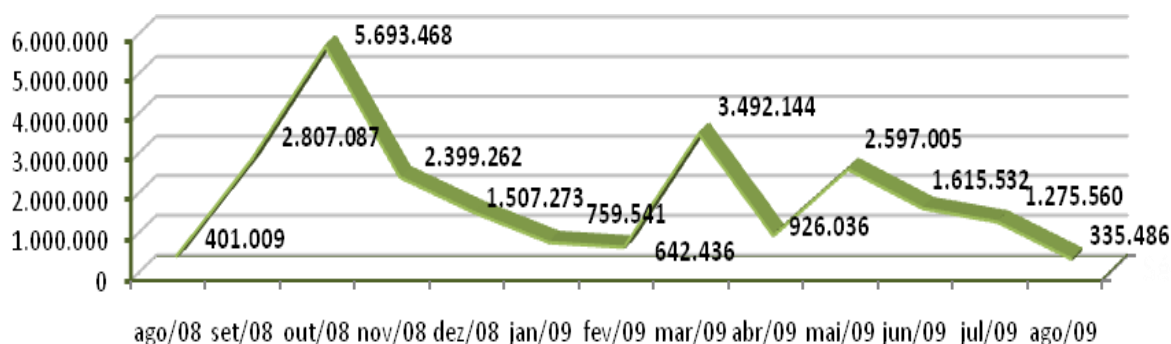
Com cerca de 43.848 habitantes de acordo com a Fundação SEADE (2009), Paraguaçu Paulista é a 3ª maior cidade em termos de habitantes dentre as cidades pesquisadas, possuindo uma taxa de crescimento anual de 1,15% ao ano. Ainda falando em indicadores de território e população, a cidade possui um grau de urbanização de 92,44%, ante uma média estadual de 93,41%.

A cidade destaca-se em termos de indicadores educacionais, uma vez que possui uma taxa de 45,02% de sua população com ensino médio completo, sendo que média estadual é de

41,88%. Neste quesito, faz frente à das cidades de Tarumã e Ourinhos, com índices de 27,12% e 36,02% respectivamente.

Uma análise superficial aos dados apresentados na balança comercial do município denota um saldo bastante variável em termos superavitários. Talvez se deva pelo fato de que as duas empresas exportadoras local atuem ou no ramo de commodities agrícolas ou na produção de cachaça, que estão sujeitas às variações das safras aumentando ou diminuindo suas exportações em razão da época do ano, para de certa forma, suprir o mercado interno. Tal afirmação baseia-se no fato de em pleno mês de Outubro do no de 2008, a balança comercial do município tenha ficado positiva em cerca de 5 milhões de dólares.

Gráfico 10: Balança Comercial de Paraguaçu Paulista. – 08/2008 à 08/2009



Fonte: Fundação SEADE, 2009

Elaboração Própria

### 3.4.Pompéia

Segundo a Prefeitura Municipal de Pompéia (2009), em 1852, o Governo Imperial concedeu a posse primária das terras localizadas na bacia do Rio do Peixe a João Antônio de Moraes, Francisco de Paula e Francisco Rodrigues de Campos, além da concessão a este último das terras na bacia do Rio Feio (ou Aguapeí). Áreas que, reunidas, demarcaram inicialmente, o território onde seria instalado o município de Pompéia. Nova movimentação ocorreria bem mais tarde, em 1919, quando vários compradores provenientes de Cravinhos seguiram pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil até a estação de Penápolis, abrindo cerca de 90 quilômetros de picada no meio da mata até a região que recebeu a denominação Nova Cravinhos, composta por terras adquiridas da Fazenda Guataporanga, ocupadas com o plantio do café.

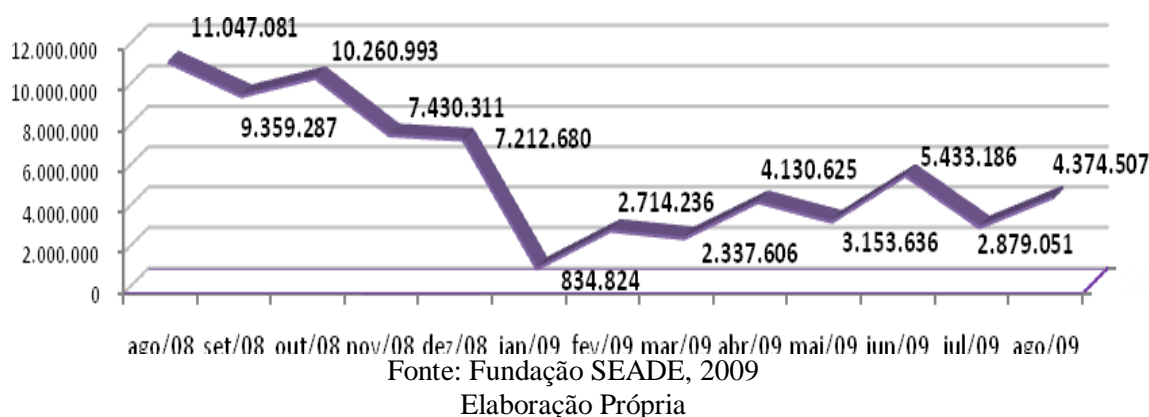
Em 1928, nas vertentes do Ribeirão Futuro, aproximadamente 250 hectares de matas foram derrubados, e o terreno, então, loteado e arruado, passou a abrigar um povoado. Em 17

de setembro do mesmo ano, foi criado o distrito do município de Campos Novos (atual Echaporã), recebendo o nome de Pompéia em homenagem a Aretuza Pompéia da Rocha Miranda, esposa de Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda e mãe de Luiz Miranda, ambos responsáveis pelo planejamento e pela formação da cidade. Logo depois, em 24 de dezembro, o distrito foi transferido para o município de Marília. Em 30 de novembro de 1938, tornou-se município autônomo, com terras desmembradas dos municípios de Marília e Glicério.

Atualmente, Pompéia destaca-se pelo nível de desenvolvimento já atingido e o caminho progressista que vem percorrendo. Com 19.390 mil habitantes, abriga uma das maiores indústrias de implementos agrícolas do país em seu forte setor industrial que contempla empresas também de outros setores. A pecuária e a agricultura também orgulham a população e condizem ao perfil desenvolvimentista do município.

A presença de conceituadas escolas eleva o nível cultural da população e garantem a preparação moral, social e intelectual de cada geração que substitui outra e adiciona esforços para a consecução de uma mais alta qualidade de vida a todos os membros da comunidade.

Gráfico 11: Balança Comercial de Pompéia – 08/ 2008 à 08/ 2009



Ao analisar a balança comercial de Pompéia de agosto de 2008 até o mesmo mês de 2009 é possível verificar uma queda gradativa nas exportações devido ao cenário de crise no mundo. Mesmo com essas mudanças Pompéia teve um saldo da balança com superávit de 25.857.671 milhões de dólares no período analisado.

Pompéia tem uma população de 19.390 mil habitantes em uma área de 786,41 km<sup>2</sup>. O PIB (em milhões correntes) é de 309,22 e a participação nas exportações do estado de 0,186393%. É possível verificar que a grande indústria de implementos agrícola que se localiza na cidade altera muitos dos índices suas operações, inclusive as oscilações da balança comercial refletem as vendas da mesma.

### 3.5. Tarumã

Conforme a Prefeitura Municipal de Tarumã (2009), Gilberto Lex herdou uma grande gleba de terras de seu pai, Mathiae Lex, imigrante alemão que chegou ao Brasil em 1825. Esta propriedade se situava na região de Assis, entre a cabeceira da Fortuna e o Rio Paranapanema. Dessas terras ele escolheu as que se localizavam na cabeceira do rio Tarumã e fez ali sua fazenda a qual deu nome de fazenda “Dourado Tarumã”. A parte restante de suas terras foi dividida em pequenos lotes que passou a vendê-los a pequenos proprietários que então se estabeleceram nas proximidades da fazenda Lex.

A partir das transações de venda de terras e com auxílio de um engenheiro, Dr. Japolussi, iniciou-se a construção de uma Vila, que no decorrer do tempo passou a ser denominada “Vila Lex”.

O primeiro estabelecimento comercial, a ser instalado na vila foi uma farmácia de propriedade de Gilberto Lex, instalada em 1924.

A partir desse momento a Vila inicia um progresso passando não só a receber novos moradores como também a primeira Igreja e a primeira escola, tudo sob os cuidados de Gilberto Lex.

Um dos meios de diversão das pessoas na época, era o campo de futebol que se localizava em frente a antiga Igreja. Um dado interessante a respeito desses tempos refere-se a extrema dedicação de Gilberto Lex pelo futebol, o que de resto correspondia ao interesse comum da população. Por isso a contratação dos trabalhadores para a fazenda deveria sempre cumprir um requisito fundamental: além da competência o candidato deveria ser bom de bola. Os jornais da época publicados na Capital, traziam sempre esta condição.

Em 1927, a Vila Lex foi elevada a Distrito pois já reunia condições econômicas e demográficas para tal. O novo Distrito tomou o nome de uma árvore, naquele tempo comum na região: Tarumã.

Na década de 1930, Tarumã viu nascer o Cartório de Paz para poder registrar seus casamentos e os nascimentos daí decorrentes.

Na década de 1940, a história de Tarumã sofreu grande transformação com a chegada da família Rezende Barbosa, que comprou a Fazenda Nova América transformando-a em Usina. Anteriormente a propriedade pertencia a José Pires.

A Usina Nova América começou a absorver a mão-de-obra de Tarumã e de toda região, tendo a cana-de-açúcar passado a ser principal cultura da região.



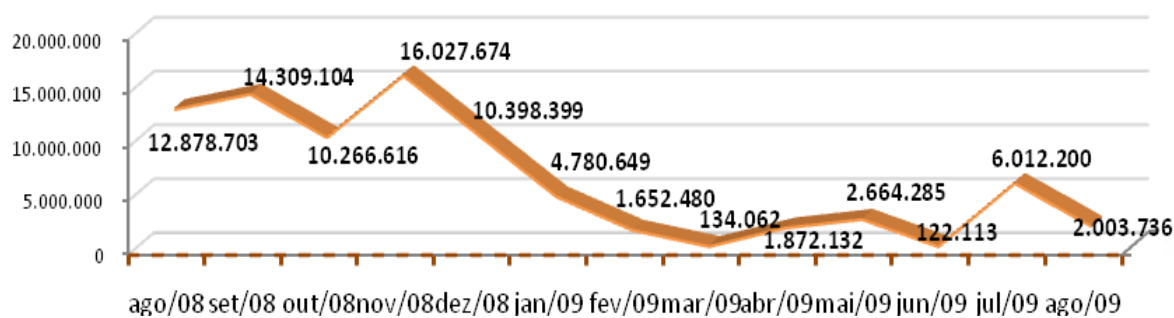
Nas décadas de 1950/60 Tarumã já possuía Escola de 1º e 2º grau, telefone, centro comercial, automóveis, e o aumento populacional era evidente. Em novembro de 1.961 morre aquele que foi o pioneiro de Tarumã, Gilberto Lex.

De 1970 – 1990 a cidade se desenvolveu paulatinamente até o momento em que atingindo o caráter de cidade tornou-se município. Isso se deu através de reuniões realizadas com os moradores tarumanenses que lutaram a favor da emancipação pelo plebiscito de 1.990. Tarumã obteve sua emancipação que resultou na implantação de sua Prefeitura no dia 1º de Janeiro de 1993, sendo empossado como Prefeito nessa data o Sr. Oscar Gozzi.

Portanto, nota-se que a História de Tarumã pode ser dividida em dois grandes momentos, marcados pela presença de duas famílias que tiveram um importante papel para o desenvolvimento da cidade. O que pode ser chamada de primeira fase representa o momento em que a família Lex que se instalou na região, possibilitou o aparecimento da "Vila Lex" já na Segunda fase, tem-se a chegada da família Rezende Barbosa, dando continuidade ao desenvolvimento da vila e também a implantação da Usina Nova América, atuante no ramo de açúcar e álcool, que acaba por se tornar a grande Empresa responsável pelo progresso de Tarumã e região, e única exportadora da cidade.

Pela análise dos dados da balança comercial de Tarumã é possível verificar que ela também foi afetada pela crise mundial e que os meses de março e junho de 2009 foram críticos. Os dados ainda mostram que até agosto de 2009 ainda não uma recuperação efetiva apesar de já mostrar sinais de melhora.

Gráfico 12: Balança Comercial de Tarumã – 08/2008 à 08/2009



Fonte: Fundação SEADE, 2009

Elaboração Própria

Com uma população de 12.813 mil habitantes a cidade tem 89,79% de sua área urbanizada. Sua participação nas exportações do estado é de 0,166473%, esse dado mostra que a usina, que tem suas instalações na cidade, reflete tanto nos dados da balança comercial quando nos outros dados relativos a economia e desenvolvimento da cidade.

### **3.6. Análise do Perfil dos Municípios**

É possível notar, com base nos históricos apresentados, que as cidades estudadas possuem uma história de fundação que ocorre praticamente num mesmo intervalo de tempo, desde o final do século XIX até meados do século XX. Marília é a cidade que mais se destaca frente às outras pesquisadas em termos populacionais, haja visto que sua densidade demográfica atual é superior às quatro outras cidades pesquisadas, contando atualmente com mais da metade da população da região. Com a análise dos históricos é possível notar que as cidades têm em comum um início na atividade agrícola, porém atualmente concentrando importantes indústrias, da área alimentícia, de commodities e de máquinas agrícolas, por exemplo.

No campo de Responsabilidade Social, é possível notar um avanço contínuo nos indicadores de ligados às áreas de riqueza, longevidade e escolaridade, mantendo sempre médias crescentes, mesmo algumas cidades pesquisadas mantendo níveis abaixo da média estadual no caso do último indicador.

Outro ponto em comum das cidades estudadas, é o efeito que a crise econômica mundial ocasionou nas exportações da região. Nota-se com base nos gráficos que compõem a balança comercial de cada município que, no período que compõe o início da crise, a balança comercial dos municípios sofreu uma visível alteração negativa. Vale ressaltar, porém, que este estudo não contempla a destinação entre a produção excedente das indústrias, que eventualmente não tenha sido exportada no período de crise, e sua possível absorção pelo mercado interno.

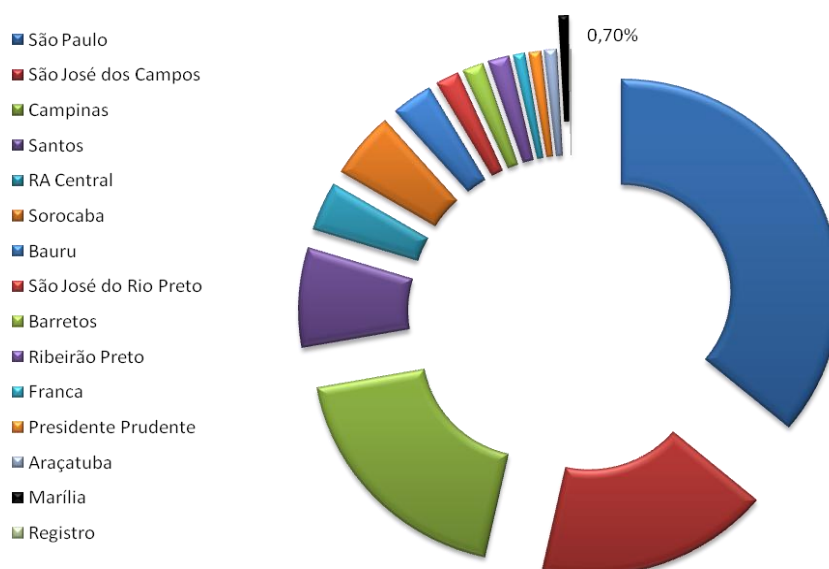
Desta forma, após apresentar o perfil das cinco cidades estudadas, o estudo parte para as perspectivas do comércio exterior regional, que dá nome ao próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4 - PERSPECTIVAS DO COMÉRCIO EXTERIOR REGIONAL

Analisando as estatísticas atuais (2009) do comércio exterior da Região Administrativa de Marília verificou-se que os dados são surpreendentes para a análise que está sendo realizada, posicionando a região de Marília, com um potencial demográfico e industrial maior, atrás de cidades com índices inferiores quando se refere a estes aspectos.

O Gráfico 13 demonstra a representatividade de cada região nas exportações do estado de São Paulo.

Gráfico 13: Participação das R.As. nas exportações do estado de São Paulo - 2008

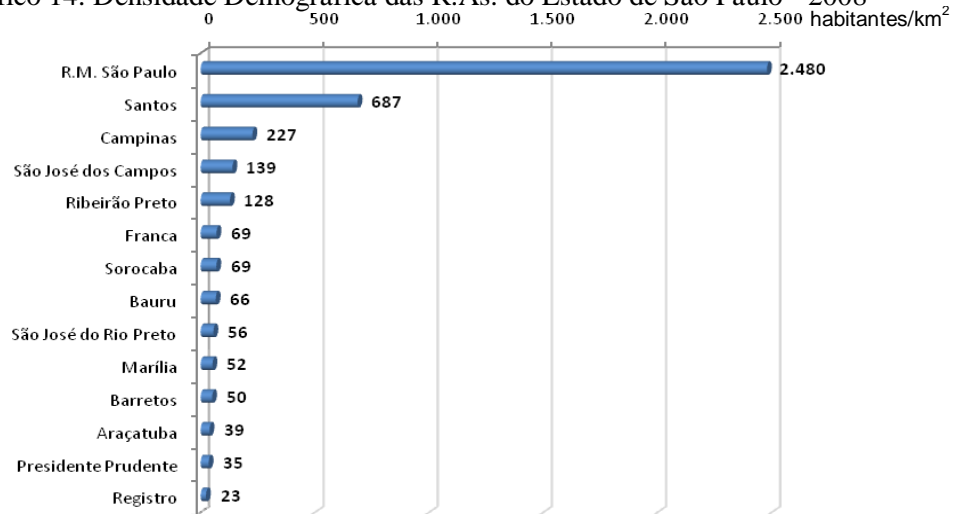


Fonte: Fundação SEADE, 2009  
Elaboração Própria

No Gráfico 13 fica evidente que a representação das exportações da R.A. estudada é inferior a qualquer expectativa que possa ser feita analisando o porte da cidade de Marília e sua região.

Para aprofundar neste assunto, o estudo verifica se demográfica e industrialmente a R.A. estudada também se posiciona inferiormente.

Gráfico 14: Densidade Demográfica das R.As. do Estado de São Paulo - 2008

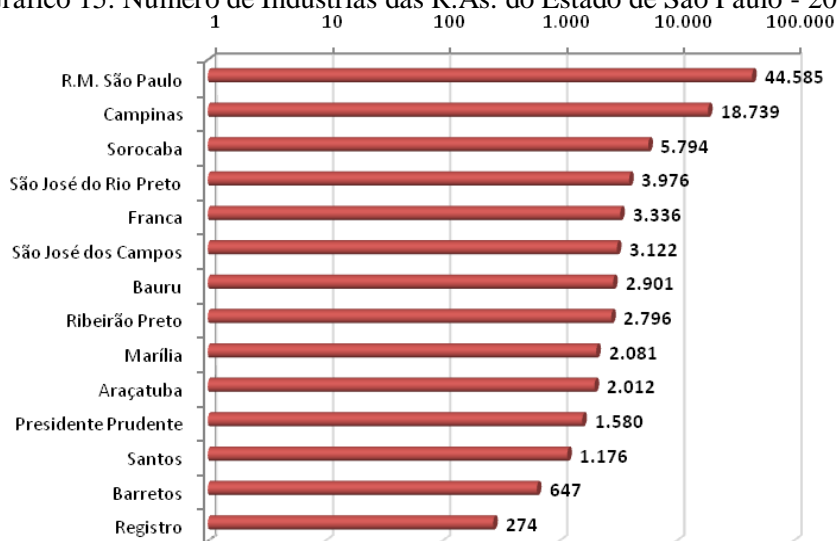


Fonte: Fundação SEADE, 2009  
Elaboração Própria

Verifica-se que há regiões que possuem uma densidade demográfica bem menor que a da região de Marília e mesmo assim, como se pode observar no Gráfico 14, estão com uma representatividade bem maior nas exportações do estado. Esta ligação feita entre densidade demográfica e exportações, se refere ao desenvolvimento urbano da R.A., verificando-se uma necessidade de empregar esta mão-de-obra concentrada.

Para que a análise seja mais completa, no Gráfico 15 verifica-se o número de indústrias das R.As.

Gráfico 15: Número de Indústrias das R.As. do Estado de São Paulo - 2008



Fonte: Fundação SEADE, 2009  
Elaboração Própria

O número de indústrias da Região estudada é realmente maior que de quatro regiões que possuem números de exportação mais significativos.

Basicamente os dois gráficos anteriores apresentam que a R.A. de Marília tem potencial para ter um comércio exterior mais forte e representativo do que tem atualmente.

O estudo então busca identificar quais são os impedimentos para o desenvolvimento do comércio exterior regional, para a partir daí encontrar caminhos cabíveis e formas endógenas de criar o desenvolvimento local.

Segundo Amaral Filho (1996) apud Boisier (1988), o modelo de planejamento de desenvolvimento centralizado e de forma intervencionista conduzidos pelo Governo Federal passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais realizada por meio de um processo definido como organização social regional, que tem por característica marcante deste modelo a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais.

[...] o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e / ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. (AMARAL FILHO, 1996, p.37)

Assim, o estudo irá apresentar a seguir as considerações de alguns formadores de opiniões como empresários de empresas exportadoras de Marília e Pompéia.

Inicialmente já foi possível perceber que o acesso a informações é a primeira barreira que o comércio exterior local tem para se desenvolver com pesquisas e projetos de desenvolvimento, no âmbito acadêmico.

Seriam pesquisadas empresas de todas as cidades estudadas, mas ao se contatar as empresas responsáveis por mais de 90% das exportações de Paraguaçu Paulista e de Tarumã, excluindo-se as que não se obteve sucesso no contato, descobriu-se que estas empresas não estão abertas para divulgar nenhum tipo de dado a este respeito, e que qualquer tipo de entrevista deveria ser descartada, devido a políticas internas. Este perfil incomunicável torna o acesso a informações dificultoso e conseqüentemente torna impraticáveis alguns projetos de desenvolvimento na área, pois ficam sem a visão do empresariado que atua na área. Além de impedir que a mão-de-obra que está sendo qualificada visualize a área estratégica de comércio exterior com uma maior proximidade da prática profissional. Mão-de-obra esta que, muito provavelmente, será absorvida futuramente por estas empresas.

Em Marília a dificuldade encontrada sobre este aspecto também não foi diferente, grandes empresas se recusaram a incluir suas visões a respeito do comércio exterior. Entretanto, algumas empresas com grande representatividade no comércio exterior local, tradicionalmente ligadas ao meio acadêmico permitiram que as visões dos industriais fossem apuradas e apresentadas neste e em outros trabalhos acadêmicos.

E para complementar buscou-se a visão da Secretaria da Indústria e Comércio de Marília, com intuito de visualizar as estratégias endógenas de comércio exterior do Município, e também buscar compreender o que poder público municipal entende ao se deparar com dados que posicionam o Município abaixo das outras quatro cidades estudadas da região. Verificando se há uma desaceleração na economia da cidade, ou ainda se o papel de líder regional deveria ser revisto.

#### **4.1. Visão dos Industriais**

Após analisar alguns dados da região e verificar que a mesma tem um potencial para exportar mais e assim promover um maior desenvolvimento, verificou-se a necessidade de ter visão de profissionais da área, especialistas e autoridades municipais. Desta forma, foi elaborado um questionário para identificar as dificuldades, potenciais e possíveis soluções em relação ao comércio exterior regional.

Com o objetivo de obter uma visão mais ampla da realidade de cada município que compõe a região estudada, decidiu-se entrevistar ao menos um profissional e uma autoridade municipal de cada cidade. Esbarrou-se, porém na dificuldade em obter entrevistas com algumas empresas, uma vez que muitas delas são extremamente fechadas à divulgação de dados relacionados à esse departamento. Foram contatadas com êxito empresas de Marília e Pompéia, totalizando 4 empresas, nas quais se aplicou o questionário padrão, que se encontra em anexo.

Na entrevista realizada com o profissional da cidade de Pompéia, foi citado que a maior dificuldade enfrentada pelas empresas em geral no quesito exportação é o medo de arriscar, despreparo e desconhecimento do mercado. Especificamente em relação à empresa a quem representa, citou as barreiras comerciais e exigências do mercado externo como principais fatores que dificultam as exportações. Contudo, em sua visão profissional, ele acredita que são fatores que podem ser adequados e superados. Cita como exemplo, a estratégia adotada pela empresa, de produção no exterior seguida da importação e posterior

reexportação com a utilização de facilidades como o *Drawback*. Em relação às dificuldades enfrentadas pelas empresas em geral, conforme citado anteriormente, o profissional sugere a difusão de conhecimentos sobre o assunto com os empresários.

Drawback é um incentivo fiscal à exportação que permite à empresa industrial ou comercial importar, livre do pagamento de impostos e taxas, mercadoria para ser utilizada na fabricação de novo produto a ser gerado por transformação, beneficiamento ou integração, com a condição básica de este novo produto ser integralmente exportado. (CASTRO, 2001, p.181)

Barreiras comerciais e dificuldade de penetração no Mercado Comum Europeu e nos Estados Unidos da América são outras dificuldades comentadas. Os europeus impõem muitas normas e padrões técnicos que acabam aumentando o custo do produto e tornando a exportação inviável. Já os Estados Unidos impõem barreiras e oferecem subsídios a suas empresas. Ao ser questionado sobre os meios que a empresa usa para abordar seus clientes, ele respondeu que a empresa usa quase todos meios disponíveis como, por exemplo, distribuidoras, feiras, representantes, lojas no exterior, etc.

Ele informa também que nas negociações internacionais a Empresa tem como Incoterm mais usado é o FCA<sup>6</sup> seguido pelo FOB<sup>7</sup>, ele ainda frisou que a Empresa tem que se preocupar em vender e em momentos de câmbio desfavorável fazer os reajustes necessários nos preços.

Visando uniformizar e universalizar conceitos operacionais, dar precisão aos termos utilizados em transações internacionais de mercadorias e evitar interpretação errônea quanto às responsabilidades de exportadores e importadores, a CCI organizou os INCOTERMS – Internacional Commercial Terms ou Termos de Comércio Internacional.

[...]Ao adotar os Incoterms, exportadores e importadores têm a certeza de que estão definindo suas respectivas responsabilidades nas transações comerciais, com simplicidade e segurança, reduzindo ou mesmo eliminando a possibilidade de mal-entendidos, desavenças e disputas judiciais que representam desgaste para ambas as partes envolvidas, além de acarretar perda de tempo e dinheiro. (CASTRO, 2001, p.111 - 112)

---

<sup>6</sup> Nesse *INCOTERM*, a obrigação do exportador é entregar a mercadoria em local designado pelo importador, livre e desembaraçada para exportação, porém não descarregada do veículo transportador, à custódia do transportador indicado pelo importador, o qual assumirá a partir desse momento o controle da mercadoria e responderá por quaisquer perdas ou danos que eventualmente venham a ocorrer.

<sup>7</sup> Na condição FOB, exclusiva do transporte marítimo, o exportador arca com todos os custos e se compromete a entregar a mercadoria, livre e desembaraçada, dentro do navio indicado pelo importador e no porto designado no contrato de venda.

Na cidade de Marília, foi entrevistado o proprietário de uma comercial exportadora que exporta produtos variados como, bala, biscoitos, pirulitos, móveis, calçados, etc. Este profissional detalhou suas dificuldades em trabalhar neste setor citando como empecilhos, a vulnerabilidade cambial, a lentidão de órgãos governamentais em liberar licenças e outros documentos, os impostos para micro e pequenas empresas que são muito elevados e a emissão de muitos documentos aumentando a burocracia de cada operação.

Para melhorar as operações de comércio exterior na região ele sugere que o governo trabalhe com uma política de câmbio mais equilibrada, promova uma desburocratização, invista em infraestrutura nas estradas e portos, incentive empresas exportadoras no item tributação e cobre taxas menores nos fechamentos de câmbio para assim incentivar as empresas a continuar exportando seus produtos.

A Empresa do entrevistado tem sofrido com medidas protecionistas e o país no qual encontra maiores empecilhos para exportar é os Estados Unidos da América, neste país eles relutam em dar garantias de pagamento gerando assim um entrave nas negociações. O entrevistado tem como estratégia para abordar clientes a participação em feiras, visita a possíveis clientes, telefone entre outros meios disponíveis. Ele ainda diz que o câmbio desfavorável faz a Empresa perder competitividade global. O Incoterm mais usado pela comercial exportadora é o CIF<sup>8</sup>.

Outro entrevistado, atuante no mercado há cerca de 17 anos, representa uma Empresa que produz e exporta principalmente balas, pirulitos e confeitos, concorrendo principalmente com Turquia no cenário Europeu, EUA e Canadá na América do norte, e Argentina e Colômbia na América do Sul.

A principal dificuldade nas exportações, em sua opinião, se refere ao câmbio constantemente instável, que muitas vezes obriga a empresa a aumentar os preços, podendo tornar seu produto menos competitivo no mercado mundial – e a política econômica atual. Ressalta também o impacto das medidas protecionistas adotadas por alguns países nas exportações brasileiras. Especificamente falando em relação aos Estados Unidos, o profissional destaca além do protecionismo, a concorrência local classificando-a como muito forte. Também se refere, mas em menor intensidade, às dificuldades ocasionadas pelas deficiências logísticas, de falta de mão-de-obra qualificada, e da burocracia brasileira.

---

<sup>8</sup> CIF – cost, insurance and freight (custo, seguro e frete): o exportador efetua o pagamento do seguro e frete até o ponto de destino; o importador assume os demais custos. (LUDOVICO, 2008, p. 136)



O próximo entrevistado representa outra empresa comercial exportadora que teve sua iniciação no mercado internacional no ano de 2005. Tem sede na cidade de Marília, porém, representa produtos de toda a região, principalmente produtos da cidade de Pompéia, sendo em grande parte peças, componentes de peças e maquinários agrícolas.

Fazendo um paralelo sobre os entraves às exportações, cita também a carga tributária como um dos principais problemas enfrentados pelas empresas da região, uma vez que a alta tributação, mesmo que feita de forma indireta, tende a aumentar o preço dos produtos brasileiros frente aos concorrentes. Em relação às variações cambiais, ressalta que são fatores decisivos na tomada de decisão, pois podem afetar significativamente o preço do produto nacional no mercado internacional, porém, como estratégia de mercado, sua empresa busca adequar sua oferta e demanda ao fator econômico, adequando seus negócios à fim de evitar prejuízos decorrentes de uma eventual variação cambial negativa.

Em sua opinião, a APEX – Agência Brasileira de Promoção das Exportações tem papel fundamental na promoção do comércio exterior local e nacional, uma vez que é através de feiras e exposições – muitas delas promovidas pelo órgão em questão – que são prospectados novos clientes.

Curiosamente, o entrevistado cita como dificuldade externa, a barreira da comunicação. “[...] Países que não utilizam o inglês para comunicação. Exemplo: Senegal [...]”. Quando muda-se o foco das dificuldades para o ambiente nacional, quando se fala de empresas brasileiras buscando prospecção internacional, ele cita como dificuldades, a alta burocracia, logística de transporte, alta carga tributária e falta de incentivos à exportação como os grandes vilões das exportações da região, principalmente das pequenas empresas que nunca exportaram.

## **4.2. Secretaria de Indústria e Comércio de Marília**

Como se verificou desde o início deste estudo, a R.A. de Marília se apresenta subcolocada comparando-se a representação das suas exportações nas do estado de São Paulo. Outras R.As. que possuem densidade demográfica e parque industriais menores que a R.A. estudada conseguem ter exportações bem mais significativas.

O estudo ainda surpreende apresentando a cidade de Marília como a quinta maior exportadora da R.A. Pelo alto grau de urbanização e um maior grau de desenvolvimento industrial, Marília se posiciona atrás de cidades muito menores e isso faz com que se

questione o papel que a cidade representa na região, e ainda se esta informação indica uma desaceleração no crescimento industrial mariliense.

Segundo avalia o Secretário da Indústria e Comércio de Marília, Paulo Boechat, este dado isoladamente é insuficiente para que se façam análises tão restritivas.

O Secretário destaca que o desenvolvimento do município é visualmente aparente, e qualquer sobrevôo pela cidade, é perceptível que Marília, pode não ter uma indústria internacionalmente forte como as outras cidades, mas possui uma área urbana, um comércio forte, e toda uma complexidade estrutural necessária para se manter como referência regional, como leitos hospitalares, demografia superior as outras cidades, e outros fatores que compensam esta baixa representatividade do Município no comércio internacional.

Para Boechat, a balança comercial não caracteriza por si só desenvolvimento do município. Ele questiona inclusive se os municípios que exportam mais que Marília (Pompéia, Tarumã, Paraguaçu Paulista e Ourinhos), estão revertendo esse montante ganho com as expressivas exportações em desenvolvimento e investimentos nestas cidades. É preciso verificar dados mais interessantes aos governos municipais como o IDH, que revela um panorama maior do desenvolvimento municipal.

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento [...] Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. [...] Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO , 2009)

Tabela 3: IDH-M 2000

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM 2000					
Marília	Ourinhos	Paraguaçu Pta.	Pompéia	Tarumã	Estado
0,821	0,813	0,773	0,816	0,775	0,814

Fonte: Fundação SEADE, 2009

Elaboração Própria

Pode se observar que Boechat afirma corretamente que apesar de Marília exportar um valor menor que as outras cidades estudadas, o município tem um grau de desenvolvimento humano superior que a maioria delas, estando atrás apenas de Pompéia.

Outro dado mais recente divulgado pela Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro – FIRJAN – monitora periodicamente as potencialidades de desenvolvimento sócio-econômico de uma região considerando as diferentes realidades.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal pode ser considerado mais apto para avaliar a realidade dos municípios brasileiros, e em relação ao IDH-M, tem como principal vantagem a periodicidade anual, enquanto o outro é censitário, de dez em dez anos.

O IFDM foi desenvolvido diretamente para avaliar o desenvolvimento dos municípios, com variáveis que espelham com maior nitidez a realidade municipal brasileira. O IDH-M, sendo uma adaptação do IDH desenvolvido para analisar os mais diferentes países, é mais limitado para analisar a realidade municipal do ponto de vista metodológico. Assim, o IFDM traz uma visão mais atualizada, com melhor utilização do conjunto de indicadores brasileiros em sua composição. (FIRJAN, 2009, p.05)

Tabela 4: IFDM 2006

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal -2006						
Ranking IFDM		MUNICÍPIOS	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Nacional	Estadual					
8°	8°	Marília	0,9052	0,8666	0,9243	0,9248
52°	48°	Tarumã	0,8623	0,8736	0,8394	0,8738
254°	171°	Paraguaçu Pta.	0,7949	0,7190	0,8615	0,8042
256°	173°	Pompéia	0,7946	0,5696	0,9103	0,9038
383°	243°	Ourinhos	0,7668	0,5680	0,8697	0,8627

Fonte: FIRJAN, 2009  
Elaboração Própria

A Tabela 4 apresenta a cidade em uma colocação muito superior que a das outras cidades estudadas. Em oitavo lugar no ranking da FIRJAN, Marília apresenta números bem mais empolgantes em emprego e renda, educação e saúde, do que em exportações. Por isso o índice de 0,91 classifica a cidade com um alto desenvolvimento humano.

O Secretário completa afirmando que o comércio exterior pode produzir um crescimento desordenado, pois depende de questões instáveis como política internacional e câmbio. E com isso, possivelmente o IDH municipal seria afetado negativamente em decorrência desta volatilidade comercial, se pensar nos impactos que o desemprego gerado por queda de demanda ou por falta de matéria-prima do mercado internacional poderia causar no setor produtivo local.

Hoje, segundo Boechat, pode-se dizer que o poder público municipal não vê o comércio exterior como principal ferramenta ou alternativa para potencializar o desenvolvimento regional. O estudo de cadeias competitivas regionais se mostra muito importante, antes que o município fomente qualquer ação de promoção do comércio exterior, para que não haja enganos e que a inserção de uma cadeia potencial no mercado internacional tenha menores riscos para o desenvolvimento local, e com isso maiores probabilidades de sucesso.

Neste raciocínio o Secretário destaca cadeias fortes na nossa região como móveis, plásticos, metalurgia e principalmente alimentos baseados na agricultura local, como são os casos dos derivados de amendoim, e doces derivados da glicose da cana-de-açúcar. Estas cadeias lastreadas por uma agricultura regional forte, permitem uma maior segurança ao produtor local em relação a indústrias de biscoitos, por exemplo, que dependem primordialmente do trigo importado para manter sua produção em ritmo normal e crescente. A cadeia produtiva segura também irá se apresentar mais competitiva no mercado internacional, por isso as possibilidades de sucesso são potencializadas.

Com as cadeias competitivas identificadas o Secretário reconhece que o poder público pode fomentar ações e projetos que promovam melhor o comércio internacional de Marília. Atualmente Boechat considera que Marília, assim como outros municípios da região não estão preparados para uma forte atuação no mercado internacional. Mesmo assim, confirma que o município tem se beneficiado com os empregos diretos e indiretos que o comércio exterior gera na cidade.

Hoje o município tem buscado firmar parcerias em projetos que irão de alguma forma promover o comércio exterior local. Uma delas é a parceria com o curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Marília.

A SAGE é a uma Empresa Junior organizada pelos alunos de Relações Internacionais da UNESP de Marília. Segundo os organizadores a Empresa Junior foi criada em 2005 para pratica acadêmica do curso. O enfoque principal era a internacionalização de marcas e cidades.

Durante três anos os organizadores do projeto buscaram a Prefeitura Municipal de Marília para a parceria de internacionalização da cidade. De acordo com o SAGE esta parceria daria não só visibilidade, mas também confiabilidade ao trabalho realizado pela equipe. Este ano a parceria foi devidamente estabelecida e o que se esperava foi comprovado, o numero de projetos é crescente e a procura pelo trabalho aumentou.

O trabalho que o grupo realiza efetivamente na área de Comércio Exterior, é chamado de Projex. Este trabalho realiza análises de mercado, levantamento de informações e diversos trabalhos de um Departamento de Marketing Internacional.

Uma empresa geralmente entra no marketing internacional simplesmente enviando suas mercadorias. Se as vendas internacionais aumentam, a empresa cria um departamento de exportação com gerente de vendas e alguns assistentes. Conforme as vendas crescem, amplia-se o departamento de exportação para incluir vários serviços de marketing, de forma que a empresa possa buscar negócios com mais agressividade. Se a empresa decidir por *join-ventures* ou investimento direto, o departamento de exportação não será mais adequado para administrar operações internacionais. (KOTLER, 2000, p. 408)

Este estudo de viabilidade abrange questões políticas e não são consideradas informações logísticas e documentais técnicas, tampouco os custos tributários e de frete. Desta forma, pode-se perceber que o estudo realizado pelo grupo ainda carece de análise técnica para ser completo. Uma futura estratégia cogitada para resolução desta carência foi uma parceria entre a SAGE e os alunos de Administração com linha de formação em Comércio Exterior da UNIVEM, porém, isto depende de iniciativas em prol da viabilidade de tal parceria.

Enquanto isso, a SAGE acredita que os trabalhos e projetos realizados pelo grupo poderão fomentar o desenvolvimento do comércio exterior regional, pois os projetos são realizados também para outras prefeituras e empresas da região.

Este trabalho é um exemplo de parceria que ajuda os agentes envolvidos, prefeitura e universidade, trocarem informações e conhecimento. Para os estudantes o projeto vai trazer experiência prática e aprendizado, já para a prefeitura esta parceria pode trazer desenvolvimento e visibilidade da cidade em outras regiões e países.

Outro exemplo é a Feira de Alimentos que está sendo organizada para o ano de 2010.

A primeira Feira do setor será realizada de 13 a 15 de abril do ano que vem e irá fazer parte da programação de aniversário de Marília. O evento promovido pela Prefeitura através da Secretária de Indústria e Comércio, Associação das Indústrias de Alimentos (ADIMA) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) vai ser realizado no centro de eventos Farol, localizado na Avenida Carlos Tosin, 126, Distrito Industrial. (INDÚSTRIA..., 2009, p.4)

As Entidades envolvidas neste projeto também apresentam com isso que a parceria entre poder público e entidades de classe existe e tem produzido frutos de desenvolvimento

local. Estas organizações entram como representantes dos empresários fomentando ações como a Feiraliment. Certamente, são entidades que podem ser envolvidas em projetos de desenvolvimento do comércio exterior regional.

### **4.3. Visão Macroeconômica Especializada**

Para que fosse apresentada também uma visão mais técnica das dificuldades apuradas até agora e do cenário atual do comércio exterior regional, decidiu-se contatar além dos profissionais já entrevistados, um profissional acadêmico especializado em comércio exterior, porém, com uma visão mais ampla e mais focada no ambiente macroeconômico.

Sergio Pereira, bacharel em Relações Internacionais com especialização em Negócios Internacionais, com 20 anos de experiência na área, colaborou com empresas dos ramos siderúrgico, têxtil e químico. Professor universitário, palestrante e autor de diversos artigos publicados em jornais, revistas e portais especializados em Comércio Exterior e Relações Internacionais. No momento é Gerente de Mercado Internacional da Cia Nitro Química – divisão química do Grupo Votorantim.

Sergio destaca que no campo do comércio exterior estadual, os paulistas contam com uma malha rodoviária de qualidade superior à média nacional, com estradas mais amplas e conservadas, o que possibilita o escoamento da produção com mais facilidade, bem como uma maior rapidez no transporte, o que é sem dúvida uma vantagem competitiva. Em contrapartida, os recursos hidroviários são de longe muito inexplorados e carecem de investimentos, por exemplo, o caso do Porto de Santos, que há muito tempo se fala em investimentos na ampliação e aumento do calado, mas até o momento não houveram mudanças significativas. Enquanto a malha ferroviária não é suficientemente extensa para cobrir toda a dimensão do Estado.

O profissional ressalta também, na sua opinião, que não há de imediato reflexo dos investimentos destinado pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – à manutenção de portos, aeroportos e rodovias.

Para Sergio é evidente e obvio que há um grande desbalanceamento na matriz de transporte que privilegia o modal rodoviário, em detrimento dos modais ferroviário e aéreo, que seriam mais adequados a realidade brasileira.

Cita a importância do exportador brasileiro conhecer os Incoterms. Segundo ele, a não compreensão da maneira correta dos Incoterms envolvidos na negociação pode causar um

real dano à operação. Explica que os Incoterms que envolvem condições de entrega muito complexas como é o caso do DDU<sup>9</sup> e DDP<sup>10</sup>, podem trazer prejuízos financeiros ao exportador caso ele não conheça bem o ambiente de negócios e seus desdobramentos no país de destino.

Sergio levanta que a imagem das empresas brasileiras no exterior é comprometida pelas vendas apenas quando o câmbio está favorável. Isso gera incertezas ao cliente externo, sobre a disponibilidade de fornecimento no momento que não for favorável. Outro fator que gera incertezas sobre as exportações brasileiras é a excessiva utilização do Incoterm FOB nas negociações. Para ele Este tipo de serviço não agrega valor ao produto, fazendo com que a entrega de mercadoria brasileira não seja nenhum pouco vantajosa. Para Sergio, é preciso fazer mais, ir até o cliente, conhecer a sua necessidade e, claro, entregar o produto a sua porta. É um tratamento diferenciado que gera receita para a empresa, pois tem um custo maior, sem que o preço seja majorado, pois na realidade houve simplesmente uma transferência de valor.

E conclui que a posição brasileira de competitividade logística não é das melhores do mundo e tem muito a ser melhorado.

---

<sup>9</sup> A condição DDU aplica-se a qualquer modalidade de transporte, determinando que o exportador é o responsável pelo desembaraço é responsável e por todos os custos e riscos para a colocação da mercadoria na fábrica, no armazém ou em qualquer outro local de destino no exterior indicado pelo importador, exceção feita apenas ao pagamento de direitos e tributos aduaneiros de importação, cuja obrigação é do importador.(CASTRO, 2001 p. 122)

<sup>10</sup> [...] o exportador assume todos os custos e riscos para a entrega da mercadoria ao importador, livre e desembarçada, mas não desembarcada do veículo transportador, no local de destino designado pelo importador no exterior, que pode ser sua fábrica, armazém ou depósito de terceiros. (CASTRO, 2001 p. 123)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo acadêmico dedicou-se a reunir as informações acerca do Comércio Exterior na Região Administrativa de Marília.

Baseado em dados estatísticos comprobatórios de um baixo aproveitamento do comércio exterior, buscou-se identificar quais as cidades que mais o utilizavam, são elas: Marília, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Pompéia e Tarumã.

O desenvolvimento do trabalho se deu em quatro capítulos e inicialmente se apresentou o fato mais relevante das últimas décadas para o Comércio Exterior, a abertura comercial brasileira, que iniciou a nova era da política comercial do Brasil. Neste momento, foram apresentadas as influências deste fato para o comércio internacional brasileiro e regional.

Foram encontradas dificuldades de acesso as informações e alguns entraves para o desenvolvimento deste estudo. Ao analisar esses empecilhos, descobriu-se a primeira barreira que os agentes responsáveis pelo desenvolvimento de projetos, estudos e identificação do comércio exterior da região tem vivenciado, desestimulando possivelmente diversos outros trabalhos que poderiam especializar mão-de-obra e conseqüentemente potencializaria o Comércio Exterior regional.

O terceiro capítulo apresentou um perfil das cinco principais cidades em valor de exportações, detalhando características que histórica e estatisticamente levou estes municípios a se tornarem o que são hoje.

Com o quarto capítulo verificou-se estatisticamente que o comércio exterior regional estudado, mesmo com um número populacional e industrial mais significativo que outras regiões, tem se posicionado inferiormente a estas outras.

Assim, foram apresentadas as visões dos diversos agentes da área para que a atual realidade fosse discutida e que as dificuldades encontradas pudessem ser debatidas. Cada agente pode visualizar diferentes problemas que possivelmente impedem o maior desenvolvimento das exportações locais.

Os empresários pesquisados da região atuam superando barreiras como as dificuldades cambiais, a excessiva burocracia e logística de transporte deficiente, desinformação, e o medo de enfrentar os desafios do comércio exterior antes mesmo de saber quais são eles. Em adição, todos foram unânimes ao se referir a mão-de-obra que não está qualificada o suficiente para uma produtividade maior, e na área técnica de comércio exterior,



hoje, faltam profissionais com as exigências que o mercado impõe aos empresários. Devido a isso, o crescimento das exportações se torna lento e dependente da qualificação dos profissionais com o passar do tempo.

Outro ponto convergente, foi a alta tributação que prejudica a competitividade dos produtos no mercado internacional, e também o desenvolvimento e crescimento das indústrias locais. Para superar estes impedimentos identificados, os empresários tentam encontrar saídas que garantam o funcionamento comercial de suas empresas do mercado internacional, como plantas no exterior para ganhar competitividade sobre o câmbio.

Ações como esta estão fora de alcance para a maioria das empresas exportadoras da região. Assim como, reformulação de diversas diretrizes regulatórias e políticas de comércio exterior do país, pois estas além de dependerem de tempo e muita vontade política, necessitam de altos investimentos financeiros.

Para que a pesquisa não fosse unilateral, buscou-se a Prefeitura Municipal de Marília para apresentar as ações, projetos e as visões políticas que envolvem o objeto de estudo. O Secretário de Indústria e Comércio de Marília destacou a importância do Índice de Desenvolvimento Humano, e com ele justificou os números não muito significativos de comércio exterior que o município apresentou em comparação com as outras cidades estudadas da região.

O Secretário mostrou com uma parceria realizada com a UNESP, que o poder público municipal está aberto a ações e projetos que visem maximizar e potencializar a internacionalização da região. A UNESP por sua vez, representada nesta parceria, pela Empresa Junior, SAGE, busca academicamente fomentar projetos e estudos de internacionalização das cidades e empresas locais. Segundo os organizadores da Empresa Junior, houve uma morosidade para que a parceria fosse realizada, porém, quando ela foi estabelecida houve uma maior procura pelo serviço e um reconhecimento maior dos trabalhos.

Na área profissional acadêmica, a ótica apresentada, em entrevista por e-mail, foi do especialista Sergio Pereira, que destacou as possíveis práticas comerciais dos exportadores brasileiros, que prejudicam o comércio exterior nacional, como a falta de perícia no uso dos Incoterms nas negociações internacionais. E também, ele destaca a desatenção com o cliente internacional, tanto na entrega da mercadoria quanto na venda influenciada pela vantagem e desvantagem cambial.

Observa-se com isso que o Comércio Exterior não é sinônimo de desenvolvimento, mas se bem utilizado pode ser ferramenta de auxílio para potencializá-lo.

Em uma análise geral do exposto, verifica-se que cada agente encontra barreiras diferentes para o desenvolvimento do comércio internacional, e isoladamente busca formas de superá-las. Esta comunicação limitada, deficiente ou inexistente têm tornado os projetos públicos inconsistentes na sua aplicação, e a qualificação da mão-de-obra prejudicada pela falta de acesso as informações da atual necessidade das empresas neste setor. A desinformação e o despreparo aliados a projetos que não contemplam todas as vertentes do comércio internacional geram a insegurança e o risco das operações e a erros até mesmo fatais para exportadores iniciantes.

Assim, acredita-se com este estudo que uma maior interação dos empresários, das universidades e do poder público municipal, fariam as ações de desenvolvimento endógeno utilizando o Comércio Exterior como ferramenta, na Região Administrativa de Marília terem maior probabilidade de sucesso.

## REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: PLANEJAMENTO e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. dez. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14/amaralfilho.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2009.

AVERBUG, A. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90**. Banco Central do Brasil, 1999. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90\\_02.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90_02.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2009.

CAMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL CHINA. **Crescimento do PIB Chinês – Desenvolvimento Sustentado**. Disponível em: <[http://www.ccibc.com.br/pg\\_dinamica/bin/pg\\_dinamica.php?id\\_pag=2325](http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=2325)>. Acesso em: 13 jun. 2009

CARDOSO Jr., J. C.; FERNANDES, S. **A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa**. IPEA/DISOC, 2000 (Nota Técnica). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_014i.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_014i.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2009.

CERVO, A. L. (Org.). **A Organização Mundial do Comércio**. Brasília: Thesaurus, 2008. (O Livro na Rua, 13)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Indicadores de Competitividade na Indústria Brasileira. 2. Ed. rev. e atual. Brasília: CNI, 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Desenvolvimento Econômico. Divisão de Estudos Econômicos. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro: jul. 2008, ano 1.

FLEURY, P. F.; PROENÇA, A. **Competitividade Industrial e a Gerencia Estratégica de Operações**. Revista de Administração, São Paulo, v. 28 n.2, p. 3-21, abr./Jun. 1993

FUNDAÇÃO SEADE (2009). **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/index.php>>. Acesso em: 25 mai. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

IPEADATA. Fundação **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>>. Acesso em: 25 mai. 2009.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KUNZLER, J. P. **MERCOSUL e o Comércio Exterior**. 2 ed.. São Paulo. Aduaneiras, 2002.

KUPFER, D. A indústria brasileira após 10 anos de liberalização econômica. In: SEMINÁRIO BRASIL EM DESENVOLVIMENTO, 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2003. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/a\\_industria\\_brasileira\\_apos\\_10\\_anos\\_de\\_liberalizacao\\_comercial.pdf](http://www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/a_industria_brasileira_apos_10_anos_de_liberalizacao_comercial.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2006.

LUDOVICO, N. **Exportação você está preparado**. São Paulo: STS, 2008.

MAGNOLI, D. **Globalização Estado nacional e Espaço Mundial**. São Paulo: Moderna, 1997.

MALIN, M. **Por Favor, Ponham os Números em Perspectiva**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq251220023.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

MARCONI, A. M.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MASCARENHAS, J. F. **Infra-estrutura e comércio exterior**. Disponível em: <<http://www.200maiores.com.br/artigos/comercio-exterior/69-infra-estrutura-e-comercio-exterior>>. Acesso em: 26 out. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2009.

NÍVEL de atividade da indústria cai em abril. Notícias. **Revista Informativa do Sistema FIESP / CIESP / SESI / SENAI / IRS**, São Paulo, n.61, p.30. Maio 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA. **Dados de Marília**. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS. **Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <<http://www.ourinhos.sp.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉIA. **História**. Disponível em: <<http://www.pompeia.sp.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ. **História de Tarumã**. Disponível em: <<http://www.taruma.sp.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2009.

POCHMANN, M. **A Década dos Mitos**. São Paulo. Contexto, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O IDH: Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 27 out. 2009.

RAMOS SOBRINHO, U. (Coord.). **Marília: dados**. Marília: Prefeitura Municipal de Marília, 1994. Anuário Informativo 1994.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. **Economia Brasileira**. 2 ed. São Paulo. Saraiva, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILBER, S. D. **Mudanças estruturais na economia brasileira (1988-2002): Abertura, Estabilização e Crescimento**. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/simao.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2009.

SILVA, R. A. **O processo de Abertura Comercial no Brasil durante os governos Sarney - Collor - FHC e seus impactos sobre o setor industrial**. João Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://www.ccsa.ufpb.br/de/Monografias/ROSILEIDE%20AGAPITO%20DA%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2009.

SOARES, S.; SERVO, L. M. S.; ARBACHE, J. S. **O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Textos para discussão, 843)

TORRES FILHO, E. T. **A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa**. Revista de Economia Política, vol. 17, nº 1 (65), 1997. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/65-1.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

## ANEXOS



Marília, 28 de julho de 2009.

**ANEXO I: Questionário:**

1. A partir de quando a Empresa começou a exportar?
2. Quais os produtos mais exportados pela empresa?
3. De onde são os principais concorrentes da Empresa no mercado interno (Região, Estado) e externo (Países)? *(Para que possamos identificar a competitividade logística da nossa região em comparação com outras regiões e países)*
4. Quais as principais dificuldades que a Empresa enfrenta no processo de exportação em relação aos temas:
  - a. Política Econômica
  - b. Político legal
  - c. Infraestrutura
  - d. Qualificação de mão de obra especializada (Comércio Exterior)
  - e. Tributação
  - f. Câmbio
  - g. Burocracia
5. O que poderia ser feito em relação aos temas abaixo para favorecer as exportações:
  - a. Política Econômica
  - b. Político legal
  - c. Infraestrutura
  - d. Qualificação de mão de obra especializada (Comércio Exterior)
  - e. Tributação
  - f. Câmbio
6. O que a Empresa tem feito para superar os entraves no processo de exportação?
7. O que dificulta mais o comércio exterior: (Classifique de 1 a 5 as opções abaixo sendo 1 para o que MAIS dificulta e 5 o que MENOS dificulta, não podendo repetir a classificação)
  - ( ) Carga Tributária
  - ( ) Portos, infraestrutura e Logística interna
  - ( ) Escassez de mão de obra especializada



**FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPIDES SOARES DA ROCHA”**  
Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM  
NÚCLEO DE PRÁTICAS EM ADMINISTRAÇÃO

---

- ( ) Política econômica
- ( ) Burocracia
8. A Empresa sente os impactos de medidas protecionistas no ambiente internacional?
9. Quais países que a Empresa têm maiores dificuldades para exportar? Por quê?
10. Como é feita a abordagem com cliente no exterior?
11. O cambio desfavorável afeta as exportações da Empresa? Por quê?
12. Qual o incoterm mais utilizado pela Empresa nas suas exportações?

Essas informações serão fundamentais para delinear os problemas que dificultam um maior crescimento da nossa região.

Queremos que com base em nosso estudo a nossa região tenha os apoios e incentivos necessários para que o nosso Comércio Exterior se torne uma potência do interior paulista.

Agradecemos as informações.

Atenciosamente,

Alexandra Vaccari de Souza

Alison Machado de Moraes

David Fernando Marcelino